

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

AGO/E 2015

ÍNDICE

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

10. Comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia	
Referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.....	09
10.1. a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:	09
b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas	11
c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos	12
d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas	12
e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez	12
f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas	13
g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados	15
h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras	15
10.2. a) Resultados das operações do emissor	18
b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços	20
c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor	25
10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venha a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados	
a) Introdução ou alienação do segmento operacional	26
b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária	26
c) Eventos ou operações não usuais	26
10.4. a) Mudanças significativas nas práticas contábeis	26
b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis	27
c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor	27

10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos	27
10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:	
a) Grau de eficiência de tais controles	28
b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos	28
10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:	
a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados;	28
b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição;	28
c) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição;	28
d) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios	29
10.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:	
a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que aparecem no seu balanço patrimonial	29
b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	29
10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, comentar:	
a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor	29
b) Natureza e o propósito da operação	29
c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação	29
10.10. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do Emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:	
a) Investimentos	29
b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor	30
c) Novos produtos e serviços	30
10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta	

seção	31
-------------	----

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Lucro líquido do exercício 2014	32
2. Montante global e valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados	32
3. Percentual do lucro líquido do exercício a ser distribuído	32
4. Montante global e valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores	33
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados	33
6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores	34
7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe: a) Lucro líquido do exercício e dos três exercícios anteriores; e b) Dividendo e juros sobre o capital próprio distribuído nos três exercícios anteriores	34
8. Havendo destinação de lucros à reserva legal: a) Identificar o montante destinado a reserva legal	34
b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal	34
9. Ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos	35
10. Em relação do dividendo obrigatório: a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto	35
b) Informar se ele está sendo pago integralmente	35
c) Informar o montante eventualmente retido	35
11. Retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia.	35
12. Destinação de resultados para reserva de contingências	35
13. Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar	35
14. Destinação de resultado para reservas estatutárias	35
15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital	36
16. Destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais	36
Cláusulas estatutárias que estabelecem as reservas acima mencionadas e seus limites de constituição	36

Proposta de destinação do resultado do exercício a ser submetida à AGO	37
--	----

PROPOSTA PARA ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

- Nomes dos indicados pelos controladores para os cargos de membro titular e membro suplente do Conselho Fiscal	38
- Dados dos indicados pelos controladores para os cargos de membro titular e membro suplente do Conselho Fiscal	38
- Dados da indicada pela Centrus (acionista minoritária) para o Conselho Fiscal	38
- Currículo resumido dos nomes que serão indicados pelos controladores para membros do Conselho Fiscal	39

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO AOS ADMINISTRADORES

13.1. Prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária, Conselho Fiscal e Comitês	41
a) Objetivos da prática de remuneração	41
b) Composição da remuneração	43
c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração da Diretoria não estatutária;	49
d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho	49
e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da companhia de curto, médio e longo prazo	50
f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos	50
g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor	50
13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos exercícios 2014, 2013 e 2012, e remuneração prevista para o presente exercício social, do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal	50
- Remuneração prevista para o presente exercício de 2015	51
- Remuneração reconhecida no resultado do exercício 2014	51
- Remuneração reconhecida no resultado do exercício 2013	52
- Remuneração reconhecida no resultado do exercício 2012	53

13.3. Remuneração variável dos membros do CA, Diretoria e CF	55
- Remuneração variável prevista para 2015	55
- Remuneração variável paga no exercício de 2014	55
- Remuneração variável paga no exercício de 2013	56
- Remuneração variável paga no exercício de 2012	57
13.4. Plano de remuneração baseado em ações da Diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente	58
a) Termos e condições gerais do Plano de Outorga de opções	58
b) Principais objetivos do Plano de Opções da Companhia	59
c) Forma como o plano contribui para esses objetivos	59
d) Como o plano se insere na política de remuneração da Cia.	59
e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da companhia a curto, médio e longo prazo	59
f) Número máximo de ações abrangidas e	
g) Número máximo de opções a serem outorgadas	59
h) Condições de aquisição de ações	60
i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício	60
j) Critério para fixação do prazo de exercício	60
k) Forma de liquidação	61
l) Restrições a transferência de ações	61
m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano	61
n) Efeitos da saída do administrador da Diretoria da companhia, sobre seus direitos previstos no plano de opções	61
13.5. Quantidade de ações emitidas pela Companhia e por controlada da Companhia, detidas direta ou indiretamente, no Brasil e no exterior, por membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, na data de encerramento do último exercício social (31.12.2014)	62
13.6. Plano de opções em ações da Diretoria estatutária, reconhecido no resultado dos três últimos exercícios sociais:	
- Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2014	63

- Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2013	63
- Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2012	64
- Opções previstas para 2015	65
13.7. Opções em aberto no final do último exercício	65
13.8. Em relação as opções exercidas nos 3 últimos exercícios sociais:	
- Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2014	66
- Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2013	66
- Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2012	67
13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações das opções:	
a) Método de precificação do valor das opções/ações	67
b) Dados e premissas utilizados	67
c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado	68
d) Forma de determinação da volatilidade esperada	68
e) Outra característica incorporada na mensuração do valor justo	68
Outras informações	68
13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores estatutários	68
13.11. Remuneração dos administradores nos 3 últimos exercícios sociais	69
13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a companhia	71
13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam	

desse assunto	71
13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados	71
13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos	72
13.16. Outras informações que a companhia julga relevantes	72

PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO COM AÇÕES RESTRITAS E/OU AÇÕES CONDICIONADAS A RESULTADOS	74
- Termos e condições gerais do Plano de Ações Restritas	74
- Principais objetivos do Plano	75
- Forma como o Plano contribui para esses objetivos	76
- Como o Plano se insere na Política de remuneração da companhia	76
- Como o Plano alinha os interesses dos administradores e da companhia	76
- Número máximo de ações abrangidas	76
- Condições de aquisição de ações	76
- Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício	77
- Critério para fixação do prazo de exercício	77
- Forma de liquidação	77
- Restrições a transferência das ações	77
- Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção	77
- Efeitos da saída do administrador da Diretoria da companhia	77
- Plano de Ações restritas proposto para 2014 e 2015	78
- Minuta do Regulamento do Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas	78

MARCOPOLO S.A.
C.N.P.J. nº 88.611.835/0001-29
NIRE nº 43 3 0000723 5
Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014:

ÍTEM 10 do FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10.1. a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

O ano de 2012 foi marcado pelos desafios oriundos da transição da motorização Euro 3 para Euro 5 no mercado brasileiro, bem como da continuidade da expansão geográfica da Marcopolo no exterior. No dia 14 de dezembro a Companhia anunciou através de um comunicado ao mercado a assinatura de um contrato de compra de 51,0% de participação na empresa Metalsur Carrocerias S.R.L., por meio de sua coligada Metalpar Argentina S.A. A Metalsur Carrocerias S.R.L., com sede em Rosário, Argentina, é especializada na fabricação de carrocerias de ônibus rodoviários, com destaque para os modelos de dois andares (Double Decker). A Companhia produz, em média, 200 unidades por ano.

O ano de 2013 caracterizou-se como um ano de novos desafios e turbulências para a indústria de ônibus e carrocerias no Brasil, principalmente ao longo do segundo semestre. Apesar do cenário mais desafiador, a receita líquida da Marcopolo cresceu 9,1% no mercado interno e 7,5% no mercado externo em comparação com o ano anterior. A produção no Brasil cresceu 5,0% em relação a 2012, e a produção mundial consolidada aumentou 4,0% no mesmo período.

E ainda, em fato relevante divulgado no dia 23 de janeiro, a Companhia anunciou a assinatura de um contrato de investimento estratégico no valor de C\$ 116,4 milhões (dólares canadenses) para subscrever 11.087.834 novas ações ordinárias a serem emitidas pela New Flyer Industries Inc., representando 19,99% do capital social dessa Companhia. Com sede em Winnipeg, Canadá, a New Flyer é líder de produção de ônibus urbanos no Canadá e nos Estados Unidos e registrou receita

líquida de US\$ 926,0 milhões com produção de 1.800 unidades em 2011. O investimento na New Flyer possibilita a entrada nestes mercados e está alinhada com a estratégia de crescimento e expansão geográfica da Marcopolo.

O ano de 2014 trouxe grandes desafios para o setor de ônibus no Brasil. A Marcopolo, com o intuito de se adequar ao momento menos favorável, não mediu esforços no sentido de melhorar sua eficiência operacional e de reduzir custos, mostrando seu potencial de adaptação e resiliência em diferentes cenários.

Mesmo um ano desafiador, com retração do mercado e conseqüente queda no volume de produção em todos os segmentos, aliado à introdução de novos produtos, que, em um primeiro momento, afetaram a performance da Companhia, a Marcopolo continuou entregando um retorno sobre o capital investido (*ROIC*), acima do custo médio ponderado do capital (*WACC*), e manteve seu *market share* estável em todos os segmentos. É importante destacar a Marcopolo vem conseguindo manter este spread (*ROIC - WACC*) há muitos anos, sem perder *market share*, mesmo em momentos adversos, o que demonstra sua resiliência.

O endividamento financeiro líquido totalizava R\$ 1.197,3 milhões em 31.12.2014 (R\$ 1.040,8 milhões em 31.12.2013). Desse total, R\$ 722,1 milhões eram provenientes do segmento financeiro, enquanto que o segmento industrial apresentou passivo líquido de R\$ 475,2 milhões.

Cabe ressaltar que o endividamento do segmento financeiro provém da consolidação das atividades do Banco Moneo e deve ser analisado separadamente, uma vez que possui características distintas daquele proveniente das atividades operacionais da Companhia. O passivo financeiro do Banco Moneo tem como contrapartida a conta de "Clientes" no Ativo do Banco. O risco de crédito está devidamente provisionado. Por se tratar de repasses do FINAME, cada desembolso oriundo do BNDES tem exata contrapartida na conta de recebíveis de clientes do Banco Moneo, tanto em prazo como em taxa fixa.

O aumento do endividamento líquido do segmento industrial decorre dos investimentos realizados na nova planta de São Mateus e dos recebíveis provenientes dos veículos escolares faturados para o programa Caminho da Escola, que somam R\$ 210,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 1,6x o EBITDA dos últimos 12 meses. Os indicadores-chave possuem os seguintes parâmetros:

- . WACC - entre 8% e 12% a.a.;
- . dívida líquida/EBITDA - entre 1,50x e 2,50x;
- . relação dívida líquida/patrimônio líquido - entre 25% e 75%.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 podem ser assim sumariados:

	Consolidado		
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Total dos empréstimos - nt 15	2.110.925	1.835.759	1.250.465
Menos: caixa e equivalentes de caixa -	642.615 -	624.717 -	374.219
Menos: aplicações financeiras CP e LP -	273.026 -	170.717	157.416
 Divida líquida	 1.195.284	 1.040.325	 1.033.662
 Total do patrimônio líquido	 1.641.945	 1.515.896	 1.299.925
 Índice de alavancagem financeira - %	 73%	 69%	 80%

A Companhia finalizou o ano de 2014 com saudáveis condições patrimoniais e financeiras:

- ✓ Consistente geração de lucros;
- ✓ Geração operacional de caixa e confortável posição financeira;
- ✓ Adequada estrutura de capital, com financiamento de terceiros a custos competitivos;

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Ao final do exercício de 2012, 83,1% da dívida bruta do segmento industrial era de curto prazo (R\$ 528,4 milhões) e 16,9% de longo prazo (R\$ 107,5 milhões). Considerando a consolidação do Banco Moneo S.A., a dívida bruta ao final do exercício de 2012 era composta por 57,8% de curto prazo (R\$ 722,7 milhões) e 42,2% de longo prazo (R\$ 528,0 milhões). Em 31 de dezembro de 2012, a dívida bruta consolidada era composta por 88,6% em reais e 11,4% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil ou em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior. O indicador de dívida bruta do segmento industrial em relação à capitalização total da Companhia foi de 36,2% em 31/12/2012 e a empresa estava financiada por 67,2% por capital próprio e 32,8% por capital de terceiros.

Ao final do exercício de 2013, 12,9% da dívida bruta do segmento industrial era de curto prazo (R\$ 148,0 milhões) e 87,1% de longo prazo (R\$ 998,8 milhões). Considerando a consolidação do Banco Moneo S.A., a dívida bruta ao final do exercício de 2013 era composta por 20,0% de curto prazo (R\$ 367,6 milhões) e 80,0% de longo prazo (R\$ 1.468,6 milhões). Em 31 de dezembro de 2013, a dívida bruta consolidada era composta por 80,3% em reais e 19,7% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil ou em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior. O indicador de dívida bruta do segmento industrial em relação à capitalização total da

Companhia foi de 46,5% em 31/12/2013 e a empresa estava financiada por 45,2% por capital próprio e 54,8% por capital de terceiros.

Ao final do exercício de 2014, 11,7% da dívida bruta do segmento industrial era de curto prazo (R\$ 159,1 milhões) e 88,3% de longo prazo (R\$ 1.204,2 milhões). Considerando a consolidação do Banco Moneo S.A., a dívida bruta ao final do exercício de 2014 era composta por 20,0% de curto prazo (R\$ 421,7 milhões) e 80,0% de longo prazo (R\$ 1.691,2 milhões). Em 31 de dezembro de 2014, a dívida bruta consolidada era composta por 82,2% em reais e 17,8% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil ou em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior. O indicador de dívida bruta do segmento industrial em relação à capitalização total da Companhia foi de 48,7% em 31/12/2014 e a empresa estava financiada por 43,8% por capital próprio e 56,2% por capital de terceiros.

i. Hipóteses de resgate

Não se aplica.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2012, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 0,3x o EBITDA dos últimos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 0,9x o EBITDA dos últimos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 1,6x o EBITDA dos últimos 12 meses.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré pagamentos, BNDES-EXIM atrelados às operações de exportações e nota de crédito à exportação (NCE). Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos não-circulantes, tais como o FINEP e o FINAME.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

ACCs, pré pagamento, BNDES-EXIM, FINEP e FINAME.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

	Taxa média ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2014	2013	2014	2013
Moeda nacional						
FINAME	5,31	2015 a 2024	10.419	11.349	17.024	13.110
Empréstimos bancários	12,50	2015 a 2021	69	68	133	68
Depósitos interfinanceiros	12,65	2015	-	-	38.842	-
FINEP	4,28	2015 a 2024	175.743	167.527	188.928	167.527
FDE – Fundos de desenvolvimento	1,65	2024 e 2025	-	-	65.435	-
Pré-embarque especial (*)	6,34	2016 e 2017	302.113	200.836	302.113	200.836
Notas de créditos exportação - Compulsório	6,39	2016 a 2019	412.052	402.286	412.052	402.286
Moeda estrangeira						
Adiantamentos de contratos de câmbio	1,48	2018	-	14.088	-	14.088
Pré-pagamento de exportação em dólares norte-americanos	2,89	2018	240.386	211.994	240.386	211.994
Notas de créditos exportação - USD	2,94	2018	46.524	46.893	46.524	46.893
Financiamento em randes	10,44	2015	-	-	290	23
Financiamento em renminbi	5,51	2015	-	-	18.473	21.360
Financiamento em dólares australianos	3,57	2015	-	-	69.915	68.160
Partes relacionadas	Libor + 3,00	-	24	20	-	-
Subtotal de moeda nacional e estrangeira			<u>1.187.330</u>	<u>1.055.061</u>	<u>1.400.115</u>	<u>1.146.345</u>
Captações no mercado aberto						
Moeda nacional						
BNDES – Operações Pré fixadas	1,90	2015 a 2019	-	-	598.021	511.833
BNDES – Operações Pós fixadas	7,50	2015 a 2019	-	-	112.789	177.581
Subtotal de captações no mercado aberto			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>710.810</u>	<u>689.414</u>
Total de empréstimos e financiamentos			<u>1.187.330</u>	<u>1.055.061</u>	<u>2.110.925</u>	<u>1.835.759</u>
Passivo circulante			<u>(67.013)</u>	<u>(57.502)</u>	<u>(419.734)</u>	<u>(367.145)</u>
Passivo não circulante			<u>1.120.317</u>	<u>997.559</u>	<u>1.691.191</u>	<u>1.468.614</u>

	Taxa média ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	Controladora	Consolidado
			2012	2012 Reapresentado
Moeda nacional				
FINAME	6,67	2014 a 2023	12.067	13.112
Empréstimos bancários	9,37	2014 a 2021	929	1.323
FINEP	4,49	2014 a 2020	118.034	118.034
Pré-embarque especial (*)	5,50	2016	360.282	360.282
Notas de créditos exportação - Compulsório	5,50	2016	-	-
Moeda estrangeira				
Adiantamentos de contratos de câmbio	1,48	2018	52.883	53.471
Pré-pagamento de exportação em dólares norte-americanos	2,89	2018	14.836	14.836
Notas de créditos exportação - USD	3,00	2018	-	-
Financiamento em randes	8,50	2014	-	30
Financiamento em renminbi	5,95	2014	-	10.846
Financiamento em dólares australianos	3,55	2014 a 2015	-	63.687
Partes relacionadas	Libor + 3,00	-	20	-
Subtotal de moeda nacional e estrangeira			<u>559.051</u>	<u>635.621</u>
Captações no mercado aberto				

	Taxa média ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	2012	2012 Reapresentado
Moeda nacional				
BNDES – Operações Pré fixadas	1,51	2021	-	333.559
BNDES – Operações Pós fixadas	TJLP + 1,48	2021	-	281.285
Subtotal de captações no mercado aberto			-	614.844
Total de empréstimos e financiamentos			559.051	1.250.465
Passivo circulante			(452.445)	(722.468)
Passivo não circulante			106.606	527.997

Ao final de 2014, as parcelas a longo prazo tinham o seguinte cronograma de pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
De 13 a 24 meses	539.861	70.479	741.538	250.127
De 25 a 36 meses	432.425	703.826	588.218	849.277
De 37 a 48 meses	51.927	129.104	139.936	226.724
De 49 a 60 meses	71.191	55.601	113.753	90.034
Após 60 meses	24.913	38.549	107.746	52.452
	1.120.317	997.559	1.691.191	1.468.614

	Controladora	Consolidado
	2012	2012 Reapresentado
De 13 a 24 meses	22.895	187.352
De 25 a 36 meses	62.047	318.980
Após 36 meses	21.664	21.665
	106.606	527.997

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Vide demonstrativo acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Da totalidade da dívida do passivo circulante e do passivo não circulante da Companhia, o montante de R\$ 2.767.785 mil em 31 de dezembro de 2014, R\$ 2.583.849 mil em 31 de dezembro de 2013 e R\$ 2.016.979 mil em 31 de dezembro de 2012 estão segregados abaixo:

		2014	2013	2012
1º	Dívidas Trabalhistas	98.629	117.038	94.328
2º	Empréstimos e financiamentos	2.112.867	1.836.226	1.250.712
3º	Dívidas tributárias	53.996	62.271	54.678
4º	Demais dívidas	502.293	568.314	617.261
	Total da Dívida Circulante e Não circulante	2.767.785	2.583.849	2.016.979

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os financiamentos FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 17.024 mil em 31 de dezembro de 2014, R\$ 13.110 mil em 31 de dezembro de 2013, R\$ 13.112 mil em 31 de dezembro de 2012.

A Companhia mantém contratos de financiamentos que possuem cláusulas restritivas "Covenants", as quais estão sendo atendidas.

Como garantia destes recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas correspondentes operações de crédito. O Banco Moneo encontra-se enquadrado no limite de exposição determinado pelo BNDES que representa 6,3 vezes o Patrimônio Líquido.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Projeto junto FINEP, relativo ao financiamento de inovação de pesquisa e desenvolvimento da Marcopolo RIO, contratado em setembro de 2014 no valor de R\$ 32.084.274,00 sendo financiado o valor de R\$ 28.875.846,60. Deste valor, parte foi desembolsado em outubro de 2014 no valor de R\$ 13.161.610,88. O saldo de R\$ 15.714.235,72 será desembolsado em até 540 dias.

Linha de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil SA, relativo ao financiamento da planta da Volare no estado do Espírito Santo, contratado em junho de 2013 no valor de R\$ 290.232.889,00 sendo financiado o valor de R\$ 208.006.000,00. Deste valor, parte foi desembolsado até dezembro de 2014 no valor de R\$ 34.809.498,00. O saldo de R\$ 173.196.502,00 será desembolsado em até 720 dias.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 3.369,9 milhões em 2012, 16,2% acima dos R\$ 2.900,3 milhões do exercício de 2011. As vendas para o mercado interno geraram receitas de R\$ 2.300,0 milhões ou 68,3% da receita líquida total (79,0% em 2011). As exportações, somadas aos negócios no exterior, atingiram a receita de R\$ 1.070,0 milhões, contra R\$ 610,5 milhões no exercício anterior, crescimento de 75,3%.

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 3.659,3 milhões em 2013, 8,6% acima dos R\$ 3.369,9 milhões do exercício de 2012. Este resultado é proveniente do aumento das unidades registradas na

receita líquida, especialmente de modelos rodoviários e Volares. As vendas para o mercado interno geraram receitas de R\$ 2.509,1 milhões ou 68,6% da receita líquida total (68,2% em 2012). As exportações, somadas aos negócios no exterior, atingiram a receita de R\$ 1.150,2 milhões ou 31,4% do total, contra R\$ 1.070,0 milhões no exercício anterior, crescimento de 7,5%.

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 3.400,2 milhões em 2014, 7,1% abaixo dos R\$ 3.659,3 milhões do exercício de 2013. O resultado é decorrente principalmente da redução de 14,1% das unidades registradas na receita líquida no mercado interno e do menor faturamento de chassis. As vendas para o mercado interno geraram receitas de R\$ 2.252,0 milhões ou 66,2% da receita líquida total (68,6% em 2013). As exportações, somadas aos negócios no exterior, atingiram a receita de R\$ 1.148,2 milhões ou 33,8% do total.

Em 2012, o lucro bruto totalizou R\$ 693,0 milhões, 8,6% superior aos R\$ 638,2 milhões de 2011, ou 20,6% da receita líquida (22,0% em 2011). O menor percentual sobre a receita é reflexo da venda de veículos completos, incluindo chassis, que diluíram a margem da carroceria. A consolidação da Volgren, na Austrália, também contribuiu para essa redução.

Em 2013, o lucro bruto totalizou R\$ 730,5 milhões, 5,4% superior aos R\$ 693,0 milhões de 2012, ou 20,0% da receita líquida (20,6% em 2012). Assim como a receita, o crescimento do lucro decorre do aumento das unidades registradas na receita líquida, especialmente de modelos rodoviários e Volares.

Em 2014, o lucro bruto totalizou R\$ 592,3 milhões, 18,9% inferior aos R\$ 730,5 milhões de 2013, ou 17,4% da receita líquida (20,0% em 2013). O menor percentual sobre a receita é basicamente reflexo do menor volume e do *mix* mais leve de modelos rodoviários em Ana Rech – foram produzidos 1.175 rodoviários a menos em 2014 do que em 2013 no Brasil – que gerou menor eficiência industrial. A indefinição sobre as regras do modelo de autorização das linhas interestaduais e internacionais no Brasil foi a principal causa para essa queda de volume e pelo *mix* mais leve. Além disso, os impactos provenientes das curvas de aprendizado na Marcopolo Rio e no México, e o desempenho da Volgren, na Austrália, afetado pelo Programa de Transformação, também impactaram as margens consolidadas da Companhia.

As despesas com vendas somaram R\$ 195,6 milhões em 2012, ou 5,8% da receita líquida, contra R\$ 143,7 milhões, ou 5,0% da receita, em 2011. O aumento destas despesas decorre, principalmente, da consolidação da Volgren, da adequação da rede de distribuição do Volare, do comissionamento sobre o maior volume de exportações, além do efeito da provisão para devedores duvidosos que, em 2012, somou R\$ 12,2 milhões enquanto que em 2011 houve uma reversão de R\$ 5,8 milhões.

As despesas com vendas somaram R\$ 179,9 milhões em 2013, ou 4,9% da receita líquida, contra R\$ 195,6 milhões, ou 5,8% da receita, em 2012. A redução das despesas com vendas é explicada pela reversão de provisão para devedores duvidosos no montante líquido de R\$ 6,8 milhões em 2013, enquanto que em 2012 houve uma constituição de R\$ 12,2 milhões.

As despesas com vendas somaram R\$ 196,4 milhões em 2014, ou 5,8% da receita líquida, contra R\$ 179,9 milhões, ou 4,9% da receita, em 2013. O aumento dessas despesas decorre principalmente por provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa no segmento industrial no valor de R\$ 9,9 milhões, contra uma reversão de R\$ 2,7 milhões em 2013.

Em 2012, o saldo líquido das outras receitas e despesas operacionais foi de R\$ 0,5 milhão positivo contra R\$ 3,6 milhões negativos em 2011.

Em 2013, o saldo líquido das outras receitas e despesas operacionais foi de R\$ 6,9 milhões negativos decorrentes de pagamento e provisionamento de contingências tributárias e trabalhistas.

Em 2014, foram contabilizados R\$ 5,4 milhões como "Outras Receitas Operacionais" provenientes, principalmente, de créditos tributários.

O resultado financeiro líquido de 2012 foi positivo em R\$ 25,6 milhões, contra um resultado também positivo de R\$ 74,9 milhões em 2011. O menor resultado decorreu da queda da taxa de juros das aplicações financeiras e do menor volume aplicado em função de investimentos e do maior ciclo financeiro das operações do Caminho da Escola. As receitas financeiras somaram R\$ 200,9 milhões e as despesas financeiras foram de R\$ 175,3 milhões em 2012.

O resultado financeiro líquido de 2013 foi negativo em R\$ 4,6 milhões, contra um resultado positivo de R\$ 25,6 milhões em 2012. O menor resultado decorre do custo proveniente, principalmente de captações de recursos para o investimento na New Flyer.

O resultado financeiro líquido de 2014 foi positivo em R\$ 11,1 milhões, contra um resultado negativo de R\$ 4,6 milhões em 2013. Esse resultado é em grande parte explicado pelo rendimento das aplicações financeiras, decorrente do aumento das taxas de juros.

O lucro líquido de 2012 atingiu R\$ 302,4 milhões, com margem líquida de 9,0%, contra R\$ 344,0 milhões e margem de 11,9% em 2011. O menor resultado é explicado pelos mesmos fatores apontados para a queda da margem bruta, bem como pelo menor resultado financeiro.

O lucro líquido de 2013 atingiu R\$ 292,1 milhões, com margem líquida de 8,0%, contra R\$ 302,4 milhões e margem de 9,0% em 2012. A redução do lucro decorre do menor resultado financeiro em 2013.

O lucro líquido de 2014 atingiu R\$ 224,1 milhões, com margem líquida de 6,6%, contra R\$ 292,1 milhões e margem de 8,0% em 2013. Esse resultado é explicado pelos mesmos fatores apontados para a queda da margem bruta e pelo aumento das despesas com vendas, compensado, em parte, por um melhor resultado financeiro e pelo resultado da equivalência patrimonial.

Em 2012, as atividades operacionais geraram recursos de R\$ 94,7 milhões. As atividades de investimentos demandaram R\$ 224,3 milhões, enquanto que as atividades de financiamento consumiram R\$ 385,2 milhões. Como resultado, o saldo inicial de caixa de R\$ 887,5 milhões, somando R\$ 1,5 milhão de variação cambial sobre o caixa, diminuiu para R\$ 374,2 milhões ao final do ano.

Em 2013, as atividades operacionais geraram recursos de R\$ 180,0 milhões. As atividades de investimentos demandaram R\$ 300,0 milhões, enquanto que as atividades de financiamento geraram R\$ 366,2 milhões, sendo R\$ 510,4 milhões líquidos de captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos, R\$ 136,0 milhões consumidos no pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio e R\$ 8,2 milhões referentes ao saldo líquido de vendas e compras de ações durante o ano. Como resultado, o saldo inicial de caixa de R\$ 374,2 milhões, somando R\$ 4,4 milhões de variação cambial sobre o caixa, aumentou para R\$ 624,7 milhões ao final do ano.

Em 2014, as atividades operacionais geraram recursos de R\$ 72,0 milhões. As atividades de investimentos demandaram R\$ 107,3 milhões, enquanto que as atividades de financiamento geraram R\$ 47,6 milhões, sendo R\$ 185,0 milhões líquidos de captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos, R\$ 121,9 milhões consumidos no pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio e R\$ 15,5 milhões referentes ao saldo de ações em tesouraria. Como resultado, o saldo inicial de caixa de R\$ 624,7 milhões, somando R\$ 5,6 milhões de variação cambial sobre o caixa, aumentou para R\$ 642,6 milhões ao final do ano. Considerando as aplicações financeiras, o saldo de caixa em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 915,6 milhões.

10.2. a. Resultados das operações do emissor:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Do total da receita líquida consolidada de 2012, 71,2% originaram-se das vendas de carrocerias, 19,9% da comercialização de Volares, e 8,9% das receitas de peças, do Banco Moneo e de chassis.

Do total da receita líquida consolidada de 2013, 67,3% originou-se das vendas de carrocerias, 22,8% da comercialização de Volares, e 9,9% das receitas de peças, do Banco Moneo e de chassis.

Do total da receita líquida consolidada de 2014, 69,6% originou-se das vendas de carrocerias, 23,5% da comercialização de Volares, e 6,9% das receitas de peças, do Banco Moneo e de chassis.

As tabelas abaixo mostram mais detalhadamente a origem da receita consolidada por linha de produtos (em %)

2014	2013	2012
Rodoviários – 35,8%	Rodoviários – 35,0%	Rodoviários – 33,8%
Urbanos – 30,9%	Urbanos – 29,1%	Urbanos – 31,0%
Micros – 2,9%	Micros – 3,2%	Micros – 2,9%
Volare – 23,5%	Volare – 22,8%	Volare – 22,6%

Chassi – 1,6%	Chassi – 4,3%	Chassi – 3,9%
Bco. Moneo Peças, Outros – 5,3%	Bco. Moneo Peças, Outros – 5,6%	Bco. Moneo Peças, Outros – 5,8%

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2012, o lucro bruto totalizou R\$ 693,0 milhões, 8,6% superior aos R\$ 638,2 milhões de 2011, ou 20,6% da receita líquida (22,0% em 2011). O menor percentual sobre a receita é reflexo da venda de veículos completos, incluindo chassis, que diluíram a margem da carroceria. A consolidação da Volgren, na Austrália, também contribuiu para essa redução.

Em 2013, o lucro bruto totalizou R\$ 730,5 milhões, 5,4% superior aos R\$ 693,0 milhões de 2012, ou 20,0% da receita líquida (20,6% em 2012). Assim como a receita, o crescimento do lucro decorre do aumento das unidades registradas na receita líquida, especialmente de modelos rodoviários e Volares.

Em 2014, o lucro bruto totalizou R\$ 592,3 milhões, 18,9% inferior aos R\$ 730,5 milhões de 2013, ou 17,4% da receita líquida (20,0% em 2013). O menor percentual sobre a receita é basicamente reflexo do menor volume e do *mix* mais leve de modelos rodoviários em Ana Rech – foram produzidos 1.175 rodoviários a menos em 2014 do que em 2013 no Brasil – que gerou menor eficiência industrial. A indefinição sobre as regras do modelo de autorização das linhas interestaduais e internacionais no Brasil foi a principal causa para essa queda de volume e pelo *mix* mais leve. Além disso, os impactos provenientes das curvas de aprendizado na Marcopolo Rio e no México, e o desempenho da Volgren, na Austrália, afetado pelo Programa de Transformação, também impactaram as margens consolidadas da Companhia.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os resultados operacionais da Companhia são impactados pelas variações cambiais entre o Real, moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e as moedas dos países onde opera.

A fabricação de ônibus é realizada em dezessete unidades fabris, sendo cinco no Brasil (duas unidades em Caxias do Sul – RS, uma em Duque de Caxias – RJ, uma em São Mateus – ES, além de participação de 45,0% na empresa San Marino Ônibus e Implementos Ltda., também em Caxias do Sul – RS), e doze no exterior, sendo uma unidade própria na África do Sul, três na Austrália, além de coligadas/controladas na Argentina (2), Colômbia, Egito, Índia (2), México e China. A Marcopolo detém ainda 40,0% de participação na empresa Spheros (climatização e ar-condicionado), 30,0% na Wsul (espumas para assentos), 65,0% na Apolo Soluções em Plásticos Ltda., 26,0% na MVC – Componentes Plásticos Ltda., e 19,99% na empresa canadense New Flyer Industries, Inc.

Importante salientar que a participação da Marcopolo na New Flyer é totalmente líquida, não havendo qualquer restrição, seja para venda da participação ou mesmo para aumento da mesma. A New Flyer é uma companhia aberta listada na Bolsa de Valores de Toronto. Além das empresas mencionadas, a Marcopolo detém o controle integral do Banco Moneo S.A., constituído para dar suporte ao financiamento dos produtos da Companhia. Por consequência, cada operação apura seus resultados em sua moeda funcional e as oscilações no câmbio entre essa moeda e o Real podem afetar os resultados operacionais da Companhia.

Os resultados apresentados nos últimos 3 anos foram influenciados por vários fatores como: o crescimento do PIB brasileiro, as favoráveis condições de financiamento, o câmbio mais competitivo para as empresas exportadoras, a demanda por renovação da frota de ônibus, o programa "Caminho da Escola" do Governo Federal e a baixa inflação de materiais.

O ano de 2012 foi marcado pelos desafios oriundos da transição da motorização Euro 3 para Euro 5 no mercado brasileiro, bem como da continuidade da expansão geográfica da Marcopolo no exterior.

A nova motorização, necessária para atender aos novos níveis de emissões de poluentes estabelecidos pela regulamentação do Conama Proconve P7, impactou o mercado brasileiro de ônibus, e levou a Marcopolo a adotar a estratégia de adquirir chassis Euro 3 disponíveis no mercado e vender veículos completos. A decisão mostrou-se acertada e minimizou em parte o efeito da implementação do Euro 5, resultando em um faturamento de chassis no montante de R\$ 130,5 milhões no período.

Buscando oferecer os melhores produtos e as melhores soluções para atender as necessidades dos clientes, a Marcopolo lançou em 2012 um novo modelo de ônibus rodoviário e intermunicipal denominado Audace, que proporciona maior conforto, ergonomia e segurança para o passageiro, com menor custo de operação.

No mercado externo, as exportações da Marcopolo a partir do Brasil cresceram 25,9% em relação a 2011, com margens beneficiadas pela desvalorização do Real frente ao dólar norte americano e pelo Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras (REINTEGRA), no qual a Companhia apura valores relativos ao resíduo tributário existente na sua cadeia de produção, calculado mediante a aplicação de percentual de 3,0% sobre a receita decorrente da exportação, e que foi recentemente prorrogado até o final de 2013.

Além do Reintegra, o Governo Federal adotou outras medidas de estímulos à indústria nacional, beneficiando o setor de bens de capital, com destaque para a desoneração da contribuição patronal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre a folha de pagamentos, substituído, no caso da Marcopolo, pelo recolhimento da contribuição calculada em 1,0% sobre o faturamento do mercado interno, que passou a vigorar a partir de agosto de 2012 e é válido até o final de 2014.

Outro destaque do ano foi o investimento do Governo Federal brasileiro na compra de até 8.570 ônibus escolares do projeto Caminho da Escola através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC - Equipamentos). No ano, a Marcopolo produziu 3.911 ônibus escolares para o projeto

Caminho da Escola e, através de novo pregão eletrônico realizado em setembro de 2012, habilitou-se a produzir e fornecer até 4.100 unidades com entregas até outubro de 2013, conforme Fato Relevante divulgado no dia 22 de outubro de 2012.

Pelo lado do financiamento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) praticou cortes sucessivos na taxa de juros da linha FINAME PSI, que iniciou o ano de 2012 em 10,0% ao ano e encerrou com 2,5% ao ano para os contratos protocolados junto ao BNDES até 31 de dezembro de 2012. Com prazo de financiamento de até 10 anos, a linha FINAME PSI-4 foi prorrogada até o final de 2013 com juros de 3,0% ao ano para pedidos protocolados de janeiro a junho e 4,0% ao ano de julho a dezembro.

Seguindo sua estratégia de expansão, a Marcopolo assinou, conforme Fato Relevante publicado no dia 11 de junho, Protocolo de Intenções com o Governo do Estado do Espírito Santo e com o Município de São Mateus, objetivando a instalação de uma nova unidade de montagem de veículos da linha Volare, no Estado do Espírito Santo.

No dia 14 de dezembro, a Companhia anunciou através de um Comunicado ao Mercado a assinatura, por meio de sua coligada Metalpar Argentina S.A., de um contrato de compra de 51,0% de participação na empresa Metalsur Carrocerias S.R.L. com sede em Rosário, Argentina. A Metalsur é especializada na fabricação de carrocerias de ônibus rodoviários, com destaque para os modelos de dois andares (Double Decker) e produz, em média, 200 unidades por ano.

E ainda, em Fato Relevante divulgado no dia 23 de janeiro de 2013, a Companhia anunciou a assinatura de um contrato de investimento estratégico no valor de C\$ 116,4 milhões (dólares canadenses) para subscrever 11.087.834 novas ações ordinárias a serem emitidas pela New Flyer Industries Inc., representando 19,99% do capital social dessa Companhia. Com sede em Winnipeg, Canadá, a New Flyer é líder na produção de ônibus urbanos no Canadá e nos Estados Unidos e registrou receita líquida de US\$ 926,0 milhões com produção de 1.800 unidades em 2011. O investimento na New Flyer possibilita a entrada nestes mercados e está alinhada com a estratégia de crescimento e expansão geográfica da Marcopolo.

Em relação às unidades controladas/coligadas da Marcopolo no exterior, os destaques ficaram por conta da Índia e México, que aumentaram suas produções em 23,0% e 27,3%, respectivamente, e pelo início da consolidação da Volgren, na Austrália. As operações internacionais da Marcopolo contribuíram com 37,7% da produção consolidada, com volume de 11.813 unidades.

O ano de 2013 caracterizou-se como um ano de novos desafios e turbulências para a indústria de ônibus e carrocerias no Brasil, principalmente ao longo do segundo semestre.

Em junho, as manifestações populares, que iniciaram em decorrência do aumento anunciado das tarifas de ônibus e que depois se somaram a outras reivindicações, exigiram a redução das tarifas e melhorias no transporte público. Como consequência, alguns governos municipais decidiram por congelar as tarifas de ônibus urbanos.

Até então, a Marcopolo vinha operando com bons volumes de pedidos em carteira, tanto de modelos rodoviários como urbanos. A partir do 4T13, em decorrência do congelamento das tarifas, a demanda por ônibus urbanos foi reduzida. Somado a isso, a publicação pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) do edital de licitação das linhas interestaduais trouxe incertezas também para o mercado de ônibus rodoviários, afetando a entrada de novos pedidos.

A despeito do cenário mais desafiador, a receita líquida da Marcopolo cresceu 9,1% no mercado interno e 7,5% no mercado externo em comparação com o ano anterior. A produção no Brasil cresceu 5,0% em relação a 2012, e a produção mundial consolidada aumentou 4,0% no mesmo período.

Embora seja inegável que as ações em todas as esferas do governo, tanto federal, estadual e municipal, visem prover um transporte público mais organizado, com ônibus mais novos e que propiciem maior conforto e rapidez aos usuários, especialmente através de sistemas de BRTs (Bus Rapid Transit), os impactos a curto prazo refletiram em uma demanda mais fraca ao final de 2013 e ainda trazem incertezas para o setor de ônibus no Brasil.

Todavia, no médio e longo prazo, estas ações deverão convergir para uma aceleração na renovação da frota de ônibus para atender as novas exigências e regulamentações, dentre as quais a limitação da idade máxima e a maior frequência de operações, beneficiando as empresas fabricantes de carrocerias.

No mercado externo, a receita advinda das exportações a partir do Brasil foi beneficiada pela desvalorização do Real frente ao dólar norte americano e pelo Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (REINTEGRA), válido até o final de 2013. Em relação às unidades controladas da Marcopolo no exterior, o destaque foi a Volgren na Austrália, cuja produção aumentou 21,6% em 2013 em relação a 2012. No total, as operações da Marcopolo no exterior contribuíram com um volume de 2.154 unidades em 2013.

Quanto ao financiamento, a linha de crédito FINAME-PSI do BNDES foi renovada até o final de 2014 com juros de 6,0% ao ano, ainda atrativa para a aquisição de bens de capital no Brasil.

No final do ano, o Governo Federal anunciou um novo pregão eletrônico referente ao programa "Caminho da Escola", para a compra de até 8.000 unidades. A Marcopolo, conforme Comunicado ao Mercado divulgado no dia 04 de fevereiro de 2014, habilitou-se a produzir e fornecer até 4.100 unidades. Desse volume, cujas entregas deverão se estender por 2014 e que estão em fase de formalização da documentação, 1.500 unidades deverão ser produzidas pela empresa em sua unidade Volare, localizada em Caxias do Sul, RS, e 2.600 unidades deverão ser produzidas na Marcopolo Rio, localizada em Duque de Caxias, RJ.

No dia 23 de janeiro de 2013, a Marcopolo assinou contrato de investimento estratégico no valor de C\$116,4 milhões (dólares canadenses) para subscrever, em duas parcelas, 11.087.834 novas ações ordinárias da New Flyer Industries Inc. (NFI), representando 19,99% do capital social dessa Companhia. A primeira parcela foi utilizada pela NFI para adquirir a parte de reposição de peças

(after market) da empresa Orion, e a segunda para financiar parte da aquisição da empresa NABI (North American Bus Industries).

Em 05 de agosto a Companhia anunciou o aumento do capital social, que passou de R\$ 700,0 milhões para R\$ 1,2 bilhão. O aumento aprovado ocorreu com bonificação de 448.450.042 ações. Assim, o número total de ações ON passou para 341.625.744 ações e 555.274.340 ações PNs, totalizando 896.900.084 ações. Este aumento de capital decorreu da necessidade da Companhia de incorporar parte das reservas de lucro, cujo limite fora ultrapassado.

No dia 25 de novembro, o Conselho de Administração aprovou a recompra de até vinte milhões de ações preferenciais, correspondendo a 3,6% do total das ações preferenciais de emissão da Companhia em circulação no mercado, com prazo de encerramento em 25 de março de 2014.

Ainda em 2013, a Marcopolo realizou o lançamento da nova geração do modelo urbano Torino. O novo modelo apresenta materiais mais leves e modernos que aumentam a eficiência e a funcionalidade do veículo.

O ano de 2014 trouxe grandes desafios para o setor de ônibus no Brasil. A Marcopolo, com o intuito de se adequar ao momento menos favorável, não mediu esforços no sentido de melhorar sua eficiência operacional e de reduzir custos, mostrando seu potencial de adaptação e resiliência em diferentes cenários.

As curvas de aprendizado referente ao lançamento do modelo urbano na unidade da Marcopolo Rio, bem como pelo processo de nacionalização do rodoviário Paradiso 1200, na unidade do México, e também pelo Programa de Transformação em andamento na unidade da Austrália, afetaram as margens da Companhia no ano.

No segmento de rodoviários, a demanda foi afetada pela indefinição do modelo de concessão das linhas interestaduais e internacionais no Brasil e pela menor demanda no segmento de fretamento. Em relação ao primeiro ponto, ainda que a definição pelo modelo de autorização tenha sido sancionada pela presidente em junho, a falta de regulamentação por parte da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) trouxe e ainda traz incertezas para os empresários do setor, que por esse motivo, seguem postergando investimentos na renovação de suas frotas. Sobre o segmento de fretamento, o menor crescimento do PIB brasileiro e conseqüentemente a retração na atividade industrial, acabaram por afetar a demanda por ônibus utilizados no transporte de funcionários.

No segmento de urbanos, o congelamento das tarifas nas principais cidades brasileiras, especialmente após as manifestações populares de junho de 2013, refletiu em uma menor demanda por ônibus das empresas do setor. Os recentes reajustes de tarifas praticados em mais de oitenta cidades nos últimos seis meses, aliado a maiores exigências de alguns municípios, tais como a implementação de sistemas de ar-condicionado e a limitação da idade da frota, já sinaliza uma retomada de pedidos de urbanos no país.

Em relação ao programa Caminho da Escola, o último pregão (Fase 6) foi realizado em janeiro de 2014. A Marcopolo, conforme Comunicado ao Mercado divulgado no dia 04 de fevereiro de 2014,

habilitou-se a produzir e fornecer até 4.100 unidades, dos quais foram produzidos e faturados em 2014 aproximadamente 40% do lote. Devido às restrições orçamentárias do Governo Federal, até a presente data não há definição pela compra das unidades faltantes da Fase 6, nem mesmo de um novo pregão em 2015. Desde o início do programa, a Marcopolo entregou mais de 16,0 mil veículos escolares, entre Volares e Urbanos.

No mercado externo, apesar do menor volume faturado, as margens mostraram certa recuperação, tanto pela desvalorização do real, como pela volta do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) a partir de outubro, de forma permanente, que ajudaram a compensar, em parte, a retração das margens no mercado doméstico.

Além do retorno do Reintegra, importante destacar a Medida Provisória nº 651, convertida em Lei de número 13.043/14, que tornou a desoneração da folha de pagamento permanente.

Nas operações do exterior, os destaques positivos foram as unidades da Polomex, no México, e da Masa, na África do Sul, cujas produções cresceram 18,4% e 24,8%, respectivamente, em 2014. No México, este aumento é explicado pelo início da produção local do modelo rodoviário Paradiso 1200 da Geração 7.

Mesmo sendo um ano desafiador, com retração do mercado e consequente queda no volume de produção em todos os segmentos, aliado à introdução de novos produtos, que em um primeiro momento afetaram a performance da Companhia, a Marcopolo continuou entregando um retorno sobre o capital investido (*ROIC*) acima do custo médio ponderado do capital (*WACC*), e manteve seu *market share* estável em todos os segmentos. É importante destacar que a Marcopolo vem conseguindo manter esse spread (*ROIC* – *WACC*) há muitos anos, sem perder *market share*, mesmo em momentos adversos, o que demonstra sua resiliência.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O aço e o alumínio são os principais insumos metálicos no custo de produção da Marcopolo. No Brasil, os preços destes insumos vêm se mantendo estáveis nos últimos exercícios, de modo que a inflação de materiais não vem afetando as margens da Companhia. Por outro lado, a inflação de mão de obra, que representa cerca de 26% do custo de produção da Marcopolo, atualmente é a principal preocupação da Companhia.

O resultado financeiro líquido de 2012 foi positivo em R\$ 25,6 milhões, contra um resultado também positivo de R\$ 74,9 milhões em 2011. O menor resultado decorreu da queda da taxa de juros das aplicações financeiras e do menor volume aplicado em função de investimentos e do maior ciclo financeiro das operações do Caminho da Escola. As receitas financeiras somaram R\$ 200,9 milhões no ano contra R\$ 231,1 milhões no exercício anterior, e as despesas financeiras foram de R\$ 175,3 milhões em 2012 e de R\$ 156,2 milhões em 2011.

O resultado financeiro líquido de 2013 foi negativo em R\$ 4,6 milhões, contra um resultado positivo de R\$ 25,6 milhões em 2012. O menor resultado decorre principalmente do custo proveniente de captações de recursos para o investimento na New Flyer.

O resultado financeiro líquido de 2014 foi positivo em R\$ 11,1 milhões, contra um resultado negativo de R\$ 4,6 milhões em 2013. Esse resultado é em grande parte explicado pelo rendimento das aplicações financeiras, decorrente do aumento das taxas de juros.

10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nada a destacar.

c. Eventos ou operações não usuais

Nada a destacar.

10.4.a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Alterações pela adoção das IFRS 10 e 11 (CPC 36- R3 e CPC 19 – R2)

IFRS 10/CPC 36 R3 – Demonstrações financeiras consolidadas

Com a aplicação obrigatória desde 1º de janeiro de 2013, o IFRS 10/CPC 36 R3 – “Demonstrações financeiras consolidadas”, amplia o conceito de Controle levando em consideração o poder e os retornos que um participante possui sobre um investimento. Neste contexto, um cenário de participação acionária com direitos de voto é analisado em conjunto com direitos substantivos que possam dar poder sobre as atividades relevantes da investida. Se caracterizado o controle, a controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e as transações com participações não controladoras, como transações com proprietários de ativos da Companhia, são apresentadas dentro do patrimônio líquido como “participação de acionistas não controladores”. A Companhia não teve alterações com a adoção do IFRS 10.

IFRS 11/CPC 19 R2 – Negócios em conjunto

Com aplicação obrigatória desde 1º de janeiro de 2013, o IFRS 11/CPC 19 R2 – “Negócios em conjunto” provê reflexões mais realistas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés da sua forma legal prevendo dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto – que normalmente ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas (consolidação proporcional); e (ii) empreendimento controlado em conjunto – ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos dos contratos e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. Neste caso a consolidação proporcional não é mais permitida.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Com base na nova norma mencionada acima, a Companhia realizou uma avaliação dos seus negócios em conjunto, reclassificando-os para empreendimentos controlados em conjunto. Assim esses negócios em conjunto passaram a ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial, deixando de serem avaliados com base na consolidação proporcional. Com isso, os valores comparativos divulgados, referentes aos períodos encerrados até 31 de dezembro de 2012, deixam de refletir a consolidação proporcional das suas

controladas em conjunto, compostas pelas empresas: San Marino Ônibus e Implementos Ltda., San Marino Bus de México S.A. de C.V., Rotas do Sul Logística Ltda., FCO Participações Indústria e Comércio de Componentes Ltda., GB Polo Bus Manufacturing S.A.E., Loma Hermosa S.A., Metalpar S.A., Metalsur Carrocerias S.R.L., Marcopolo Argentina S.A., Superpolo S.A., Hanegas S.A.S., Tata Marcopolo Motors Limited.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve.

10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A Diretoria da Companhia adota políticas contábeis que, em caso de alteração, acarretaria possíveis mudanças em razão das demonstrações financeiras refletirem informações próximas da realidade. As principais políticas estão destacadas abaixo:

Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa. A Companhia efetua análise mensal e individual da qualidade dos créditos de seus clientes, levando principalmente em consideração a posição financeira e as experiências passadas. Para fazer face destes riscos de créditos a Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa o qual entende ser suficiente para cobrir possíveis perdas.

Imposto de renda e contribuição social diferido. São constituídos com base em expectativas de geração de lucros tributáveis futuros e possuem como principais diferenças temporais passivos como benefícios a empregados, comissões, assistência técnica e outros passivos com menores créditos.

Teste de recuperabilidade de ativos. O teste de recuperabilidade de ativos com vida útil indefinida é realizado anualmente em cada data de elaboração das demonstrações financeiras ou quando existir evidência da necessidade de realização do mesmo.

Provisões para contingências. As provisões para contingências são embasadas na opinião dos assessores jurídicos e a Administração considera o montante provisionado suficiente para cobrir prováveis perdas com as ações em curso.

Plano de pensão. A Companhia é patrocinadora principal da Marcoprev Sociedade de Previdência Privada, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social a todos os empregados das patrocinadoras. Os valores relacionados aos benefícios pós-emprego, foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida por atuários independentes, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Conforme mencionado no parecer dos auditores independentes, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Marcopolo S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis no Brasil.

A Administração entende que seus ambientes de controles internos são adequados para impedir erros materiais nas demonstrações financeiras. Mesmo assim a Companhia está constantemente aprimorando os seus controles buscando uma maior eficiência.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

c. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

d. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

10.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

iv. Contratos de construção não terminada

Não se aplica.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b. Natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.10. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Conforme comunicado ao mercado em 22/12/14, a Companhia informou que devido às indefinições econômicas e incertezas relacionadas ao seu setor de atuação, decidiu postergar a divulgação das projeções para 2015 (*Guidance*), o que inclui também os investimentos previstos.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos para 2015 serão financiados basicamente através da geração própria de caixa, linhas do BNDES, linhas da FINEP.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Marcopolo assinou, conforme fato relevante publicado no dia 11 de junho de 2012, Protocolo de Intenções com o Governo do Estado do Espírito Santo e com o Município de São Mateus, objetivando

a instalação de uma nova unidade de montagem de veículos da linha Volare. Em janeiro de 2015 a fábrica iniciou a operação de montagem dos kits enviados de Caxias do Sul.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Em 2015 entrou em operação a nova unidade de montagem de veículos da linha Volare, no Estado do Espírito Santo. Para meados do ano, a Companhia deverá realizar o lançamento do Volare 5 toneladas.

ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Marcopolo reviu seu plano de investimentos em suas operações até 2016, passando dos R\$ 350,0 milhões anunciados, para R\$ 450,0 milhões. Os novos investimentos serão aplicados principalmente nas unidades de Caxias do Sul, onde a empresa possui duas fábricas, e na instalação de uma nova operação fabril, em São Mateus, no Espírito Santo para a produção do modelo de miniônibus Volare.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Para meados deste ano, a Companhia deverá realizar o lançamento do Volare 5 toneladas.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Vide item 10.10.c.ii.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Nada a comentar.

**PROPOSTA ADMINISTRAÇÃO
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO
(Item I, letra “b” da Ordem do Dia)**

Em cumprimento ao disposto no inciso II, § 1º, do Artigo 9º da Instrução CVM 481/09, a administração informa o quanto segue:

1. Lucro líquido do exercício 2014: R\$ 222.152.644,21 (duzentos e vinte e dois milhões, cento e cinquenta e dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e vinte e um centavos)
2. Montante global e valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados:

Nas reuniões realizadas nos dias 21 de fevereiro de 2014, 10 de novembro de 2014 e 23 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos, à conta do exercício social de 2014, no valor total de **R\$97.878.491,59** (noventa e sete milhões, oitocentos e setenta e oito mil, quatrocentos e noventa e um reais e cinquenta e nove centavos), sendo que, do referido valor, **(i) R\$67.714.120,09 referem-se a juros sobre o capital próprio**, a serem imputados aos dividendos por conta do exercício de 2014, e dos quais R\$15.571.578,21 já foram pagos em 30/06/2014, a razão de R\$0,0175 por ação, R\$15.571.578,21 já foram pagos em 30/09/2014, a razão de R\$0,0175 por ação, R\$15.571.578,21 já foram pagos em 30/12/2014, a razão de R\$0,0175 por ação, e R\$20.999.385,46 foram creditados no dia 23/12/2014, e serão pagos aos acionistas a

partir de 31 de março de 2015, a razão de R\$0,0236 por ação; e (ii) **R\$ 30.164.371,50 referem-se a dividendos**, também por conta do exercício 2014, já creditados no dia 23/02/2015, e serão pagos a partir do dia 31 de março de 2015, a razão de R\$0,0339 por ação.

3. Percentual do lucro líquido do exercício a ser distribuído:

Em sendo a proposta referida no item 1. acima aceita e aprovada pelos acionistas, ficará assim a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2014, no montante de R\$ 222.152.644,21 (duzentos e vinte e dois milhões, cento e cinquenta e dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e vinte e um centavos);

I - R\$ 11.107.632,21 (onze milhões, cento e sete mil, seiscentos e trinta e dois reais e vinte e um centavos) para Reserva Legal, o que corresponde a 5% do Lucro Líquido;

II - R\$ 52.761.253,00 (cinquenta e dois milhões, setecentos e sessenta e um mil e duzentos e cinquenta e três reais) para pagamento de juros sobre o capital próprio a todas as ações da companhia, o que representa 25% do lucro líquido do exercício. Referido valor, deduzido o efeito tributário de R\$ 5.983.038,85, referente aos juros sobre o capital próprio, resulta em R\$ 46.778.214,15 (quarenta e seis milhões, setecentos e setenta e oito mil, duzentos e quatorze reais e quinze centavos); e,

III - o saldo remanescente, no montante de R\$ 158.283.759,00 (cento e cinquenta e oito milhões, duzentos e oitenta e três mil e setecentos e cinquenta e nove reais) será destinado, na sua totalidade, para as seguintes reservas estatutárias:

- Reserva para futuro aumento de capital – R\$ 110.798.631,30 (cento e dez milhões, setecentos e noventa e oito mil, seiscentos e trinta e um reais e trinta centavos), o que corresponde a 70% do remanescente do lucro líquido;

- Reserva para pagamento de dividendos intermediários – R\$ 23.742.563,85 (vinte e três milhões, setecentos e quarenta e dois mil, quinhentos e sessenta e três reais e oitenta e cinco centavos), o que corresponde a 15% do remanescente do lucro, e seu saldo corresponde a 6,22% do capital social, não excedendo, portanto, o limite máximo permitido pelo Estatuto Social, que é de 10% do capital social; e

- Reserva para compra das próprias ações – R\$ 23.742.563,85 (vinte e três milhões, setecentos e quarenta e dois mil, quinhentos e sessenta e três reais e oitenta e cinco centavos), o que corresponde a 15% do remanescente do lucro, e seu saldo corresponde a 6,22% do capital social, não excedendo, portanto, o limite máximo permitido pelo Estatuto Social, que é de 10% do capital social.

3.1. O valor total dos dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao dividendo obrigatório declarado antecipadamente por conta do exercício de 2014, é de R\$97.878.491,59, e representa 44,06% do lucro líquido do exercício, sendo que o valor líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 90.199.824,33 representa 40,60% do lucro líquido;

3.2. O valor total dos dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao dividendo obrigatório declarado antecipadamente por conta do exercício de 2013, é de R\$129.281.979,45, e representa 44,78% do lucro líquido do exercício, sendo que o valor líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 122.386.420,31 representa 42,39% do lucro líquido;

3.3. O valor total dos dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao dividendo obrigatório declarado antecipadamente por conta do exercício de 2012, foi de R\$143.085.984,23, e representou 43,84% do lucro líquido do exercício, sendo que o valor líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 136.169.440,50, representa 46% do lucro líquido;

3.4. O valor total dos dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao dividendo obrigatório declarado antecipadamente por conta do exercício de 2011, foi de R\$166.101.903,99, e representou 48,52% do lucro líquido do exercício, sendo que o valor líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 159.911.696,50, representou 46,72% do lucro líquido do exercício;

4. Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

	2011	2012	(*) 2013	2014
Montante global bruto dos juros/dividendos distribuídos	R\$ 166,1	R\$ 143,1	R\$ 129,3	R\$ 97,9
Valor bruto por ação dos juros/dividendos distribuídos	R\$ 0,372	R\$ 0,32	R\$ 0,145	R\$ 0,110
- Juros s/capital próprio	R\$ 0,122	R\$ 0,141	R\$ 0,07 (*)	R\$ 0,076
- Dividendos	R\$ 0,250	R\$ 0,179	R\$ 0,075	R\$ 0,034

(*) Embora tenha sido pago JCP no valor total bruto por ação de R\$0,105, em razão da bonificação em 100% aprovada em 05.08.2013, o valor total bruto por ação foi ajustado para R\$0,07

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados:
- Valor bruto de dividendo e juros sobre o capital próprio: NÃO SE APLICA – Não há valor a informar, uma vez que os juros sobre o capital próprio e os dividendos relativos ao exercício de 2014, na sua totalidade, já foram declarados antecipadamente;
 - Forma e prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio: NÃO DE APLICA, uma vez que não há valor a informar, conforme já informado na letra “a” deste item 5;
 - Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio: NÃO SE APLICA, uma vez que não há valor a informar;
 - Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio, considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento: NÃO SE APLICA. Conforme já informado acima, todos os juros e dividendos já foram declarados antecipadamente, e creditados aos acionistas com base em posições acionárias anteriores a esta data.
6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores,
- Informar o montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio já declarados: O valor total dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2014, já foram declarados e aprovados antecipadamente, conforme abaixo especificado, restando à Assembleia apenas ratificar as deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas nos dias 21 de fevereiro de 2014, 10 de novembro de 2014 e 23 de fevereiro de 2015;
 - Juros sobre o capital próprio – 1ª. Etapa 2014: Declarados em 21.02.2014 e creditados em 21.03.2014, com base nas posições dos acionistas em 21.03.2014;
 - Juros sobre o capital próprio – 2ª. Etapa 2014: Declarados em 21.02.2014 e creditados em 23.06.2014, com base nas posições dos acionistas em 23.06.2014;
 - Juros sobre o capital próprio – 3ª. Etapa 2014: Declarados em 21.02.2014 e creditados em 22.09.2014, com base nas posições dos acionistas em 22.09.2014;
 - Juros sobre o capital próprio – 4ª. Etapa 2014: Declarados em 10.11.2014, e creditados em 22.12.2014, com base nas posições dos acionistas em 22.12.2014;
 - Dividendos antecipados por conta do exercício de 2014: Declarados em 23.02.2015, e creditados em 23.02.2015, com base nas posições dos acionistas em 23.02.2015.
 - Informar a data dos respectivos pagamentos:
 - Juros sobre o capital próprio – 1ª. Etapa 2014: Declarados em 21.02.2014 e pagos em 30.06.2014;
 - Juros sobre o capital próprio – 2ª. Etapa 2014: Declarados em 21.02.2014 e pagos em 30.09.2014;
 - Juros sobre o capital próprio – 3ª. Etapa 2014: Declarados em 21.02.2014 e pagos em 30.12.2014;
 - Juros sobre o capital próprio – 4ª. Etapa 2014: Declarados em 10.11.2014, serão pagos em 31.03.2015;
 - Dividendos antecipados por conta do exercício 2014: Declarados em 23.02.2015, serão pagos em 31.03.2015.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe: a) Lucro líquido do exercício e dos três exercícios anteriores; e b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos três exercícios anteriores:

Nos exercícios sociais de 2011, 2012, 2013 e 2014, os valores por ação relativos ao lucro líquido e aos juros e dividendos pagos pela Companhia, tanto para as ações ordinárias escriturais como para as ações preferenciais escriturais, são os seguintes:

	2011	2012	(*)2013	2014
Valor por ação do lucro líquido	R\$ 0,767	R\$ 0,665	R\$ 0,3234	R\$ 0,2497
Valor por ação dos juros/dividendos	R\$ 0,372	R\$ 0,32	R\$ 0,145	R\$ 0,110
- Juros s/capital próprio	R\$ 0,122	R\$ 0,141	R\$ 0,070	R\$ 0,076
- Dividendos	R\$ 0,250	R\$ 0,179	R\$ 0,075	R\$ 0,034

(*) Embora tenha sido pago JCP no valor total bruto por ação de R\$0,105, em razão da bonificação em 100% aprovada em 05.08.2013, o valor total bruto por ação foi ajustado para R\$0,07

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- Identificar o montante destinado a reserva legal: R\$ 11.107.632,21
- Detalhar a forma de cálculo da reserva legal: 5% do lucro líquido (5% de R\$222.152.644,21)

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: NÃO SE APLICA. O capital da Companhia é distribuído em ações ordinárias escriturais e ações preferenciais escriturais, e todas tem direito de receber 25%, no mínimo, do remanescente do lucro líquido, após as deduções legalmente previstas, para pagamento de dividendos (a título de dividendo obrigatório). As ações preferenciais de emissão da companhia recebem o mesmo valor de dividendos pagos às ações ordinárias de emissão da Companhia.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

- Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

Artigo 36 (do Estatuto Social)

Do lucro, após as deduções legalmente previstas, inclusive a formação da provisão para participação a empregados quando concedida, e da provisão de até 10% (dez por cento) para participação aos administradores referidos no Artigo 25 deste Estatuto, será a seguinte a destinação do lucro líquido apurado:

- 5% (cinco por cento) para a constituição do fundo de reserva legal, observado o disposto no Artigo 193, da Lei nº 6.404/76;*
- 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do remanescente, para o pagamento de dividendo à todas as ações da Companhia, a título de dividendo obrigatório;*

- Informar se ele está sendo pago integralmente: O valor total dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos, pago nos últimos anos pela Companhia, ultrapassa em muito o mínimo obrigatório. Em 2011 representaram 48,52% do lucro líquido; em 2012 48,34% do lucro líquido; em 2013 44,78% do lucro líquido; e, em 2014, representam 44,06% do lucro líquido do exercício.
- Informar o montante eventualmente retido: NÃO SE APLICA – Não foram retidos quaisquer valores

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia: NÃO SE APLICA, pois não houve retenção.

- Informar o montante da retenção: NÃO HOUVE RETENÇÃO
- Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise e liquidez, ao capital de giro de fluxos de caixa positivos: NÃO HOUVE RETENÇÃO
- Justificar a retenção dos dividendos: NÃO HOUVE RETENÇÃO

12. Havendo destinação do resultado para reserva de contingências: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO

- Identificar o montante destinado à reserva: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO

- b) Identificar a perda considerada provável e sua causa: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO
- c) Explicar porque a perda foi considerada provável: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO
- d) Justificar a constituição da reserva: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO

No exercício de 2014 não houve destinação de resultado para Reserva de Contingências e para Reserva de lucros a realizar, nem para Reserva de Incentivos Fiscais.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO

- a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO
- b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO

No exercício de 2014 não houve destinação de resultado para Reserva de Contingências e para Reserva de lucros a realizar, nem para Reserva de Incentivos Fiscais.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva: VER ABAIXO (Art. 36)
- b) Identificar o montante destinado à reserva: VER ÍTEM 3 ACIMA;
- c) Descrever como o montante foi calculado: VER ÍTEM 3 ACIMA;

No exercício de 2014 não houve destinação de resultado para Reserva de Contingências e para Reserva de lucros a realizar, nem para Reserva de Incentivos Fiscais. Foi destinado o valor de R\$ 158.283.759,00 para as reservas estatutárias (Reserva para Futuro aumento de capital, Reserva para pagamento de dividendos intermediários e Reserva para compra das próprias ações), conforme já especificado no inciso III, do item 3 acima.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital: NÃO HOUVE RETENÇÃO

- a) Identificar o montante da retenção: NÃO HOUVE RETENÇÃO
- b) Fornecer cópia do orçamento de capital: NÃO HOUVE RETENÇÃO

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a) Informar o montante destinado à reserva: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO
- b) Explicar a natureza da destinação: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO

No exercício de 2014 não houve destinação de resultado para Reserva de Contingências e para Reserva de lucros a realizar, nem para Reserva de Incentivos Fiscais.

Cláusulas estatutárias que estabelecem as reservas acima, e seus limites de constituição:

Artigo 36

Do lucro, após as deduções legalmente previstas, inclusive a formação da provisão para participação a empregados quando concedida, e da provisão de até 10% (dez por cento) para participação aos administradores referidos no Artigo 25 deste Estatuto, será a seguinte a destinação do lucro líquido apurado:

- a) 5% (cinco por cento) para a constituição do fundo de reserva legal, observado o disposto no Artigo 193, da Lei nº 6.404/76;
- b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do remanescente, para o pagamento de dividendo à todas as ações da Companhia, a título de dividendo obrigatório;
- c) o saldo remanescente do lucro líquido, por proposta da Administração, após a formação de reservas permitidas em lei que eventualmente venham a ser constituídas, será destinado, em sua totalidade, à formação das seguintes reservas estatutárias: Reserva para futuro aumento de capital, para ser utilizada para futuro aumento de capital, a ser formada por 70% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 60% do capital social; Reserva para pagamento de dividendos intermediários, para ser utilizada para pagamento de dividendos intermediários previstos no Parágrafo 1º do Artigo 35 deste Estatuto Social, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social; e Reserva para compra das próprias ações, a ser utilizada para aquisição de ações de emissão da companhia, para cancelamento, permanência em tesouraria e/ou respectiva alienação, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.

Parágrafo 1º.:

Quando o saldo de qualquer uma das reservas, legal e/ou estatutárias, exceder, individualmente, o limite estatutário, mas no seu conjunto não exceder o limite de 100% do capital social, o valor excedente será distribuído para as demais reservas estatutárias que não tenham atingido o limite máximo estatutário, na mesma proporção estabelecida na letra “c” do caput deste Artigo 36.

Parágrafo 2º.:

Quando o saldo total das reservas de lucros (reserva legal e reservas estatutárias), exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, no seu conjunto, excederem ao limite de 100% do capital social, a Assembleia Geral deverá deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento de capital ou, ainda, na distribuição de dividendos.

Parágrafo 3º.:

A administração poderá, ainda, propor à Assembleia Geral a retenção de parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

PROPOSTA DESTINAÇÃO LUCRO LÍQUIDO: A administração da companhia submete à apreciação da Assembleia Geral, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício 2014:

Em sendo a proposta acima aceita e aprovada pelos acionistas, ficará assim a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2014, no montante de R\$ 222.152.644,21 (duzentos e vinte e dois milhões, cento e cinquenta e dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e vinte e um centavos):

- I - R\$ 11.107.632,21 (onze milhões, cento e sete mil, seiscentos e trinta e dois reais e vinte e um centavos) para Reserva Legal, o que corresponde a 5% do Lucro Líquido;
- II - R\$ 52.761.253,00 (cinquenta e dois milhões, setecentos e sessenta e um mil e duzentos e cinquenta e três reais) para pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos a todas as ações da companhia; e,
- III - O saldo remanescente, no montante de R\$ 158.283.759,00 (cento e cinquenta e oito milhões, duzentos e oitenta e três mil e setecentos e cinquenta e nove reais) será destinado, na sua totalidade, para as seguintes reservas estatutárias:
 - Reserva para futuro aumento de capital – R\$ 110.798.631,30 (cento e dez milhões, setecentos e noventa e oito mil, seiscentos e trinta e um reais e trinta centavos), o que corresponde a 70% do remanescente do lucro líquido;
 - Reserva para pagamento de dividendos intermediários – R\$ 23.742.563,85 (vinte e três milhões, setecentos e quarenta e dois mil, quinhentos e sessenta e três reais e oitenta e cinco centavos), o que corresponde a 15% do remanescente do lucro, e seu saldo corresponde a 6,22% do capital social, não excedendo, portanto, o limite máximo permitido pelo Estatuto Social, que é de 10% do capital social; e
 - Reserva para compra das próprias ações – R\$ 23.742.563,85 (vinte e três milhões, setecentos e quarenta e dois mil, quinhentos e sessenta e três reais e oitenta e cinco centavos), o que corresponde a 15% do remanescente do lucro, e seu saldo corresponde a 6,22% do capital social, não excedendo, portanto, o limite máximo permitido pelo Estatuto Social, que é de 10% do capital social.

A administração propõe, ainda, que parte da Reserva para futuro aumento de capital, no montante de R\$45.117.238,59, seja utilizada para pagamento de complemento de juros sobre o capital próprio e de dividendos adicionais a todas as ações da Companhia. Referido valor, somado ao valor dos juros sobre o capital próprio já declarados por conta do exercício social de 2014, no valor de R\$52.761.253,00, totalizam a importância de R\$97.878.491,59 destinados ao pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos, por conta do exercício 2014.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e lavrada a presente Ata, que é assinada pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria presentes.

Caxias do Sul, RS, 24 de fevereiro de 2015

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ELEIÇÃO de MEMBROS do CONSELHO FISCAL
(Item I, letra “c” da Ordem do Dia)**

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da MARCOPOLO S.A. (administradores), que esta subscrevem, propõem aos acionistas que, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser convocada para o dia 26 de março de 2015, sejam eleitos membros do Conselho Fiscal, para um mandato até a próxima AGO a ser realizada em 2016, os seguintes nomes indicados pelos acionistas controladores:

FRANCISCO SERGIO QUINTANA DA ROSA, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, CPF nº 095.664.300-00, Carteira de Identidade nº 8008638994 - SSP/RS, residente e domiciliado na rua Santo Inácio, nº 139, apto. 702, Moinhos de Vento, na cidade de Porto Alegre, RS, como membro titular do Conselho Fiscal, e **SÉRVULO LUIZ ZARDIN**, brasileiro, viúvo, economista, CPF nº 001.372.780-04, Carteira de Identidade nº 4006892337 - SSP/RS, residente e domiciliado na rua Cônego Viana, nº 240, 13º andar, na cidade de Porto Alegre, RS, como respectivo membro suplente.

Para fins do disposto no Artigo 10 da Instrução CVM 481/09, a seguir as informações relativas aos nomes a serem indicados pelos controladores para compor o Conselho de Fiscal, na AGO convocada para o dia 26/03/2015:

Dados dos indicados pelos controladores para os cargos de membro titular e membro suplente do Conselho Fiscal:

CONSELHO FISCAL (Titular)	
NOME	FRANCISCO SERGIO QUINTANA DA ROSA
Idade	70 anos
Profissão	Engenheiro Agrônomo
CPF	095.664.300-00
Cargo eletivo	Conselheiro titular
Data eleição	27/03/2014
Data posse	27/03/2014
Prazo mandato	01 ano
Outros cargos ou funções exercidos na companhia	Não exerce nenhum outro cargo ou função
Eleito por controlador	Sim
Evento a que se refere a letra “b” do item 12.8 do FR – Art. 10 da Instr. CVM 481	Nada consta

CONSELHO FISCAL (Suplente)	
NOME	SERVULO LUIZ ZARDIN
Idade	76 anos
Profissão	Economista
CPF	001.372.780-04
Cargo eletivo	Suplente

Data eleição	27/03/2014
Data posse	Nada consta
Prazo mandato	01 ano
Outros cargos ou funções exercidos na companhia	-o-
Eleito por controlador	Sim
Evento a que se refere a letra “b” do item 12.8 do FR – Art. 10 da Instr. CVM 481	Nada consta

Currículo resumido: dos nomes que serão indicados pelos controladores para membros do Conselho do Fiscal, na AGOE a ser realizada dia 26.03.2015:

FRANCISCO SERGIO QUINTANA DA ROSA:

Engenheiro Agrônomo diplomado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1971. Foi Gerente do Banco Cidade de São Paulo S.A., Diretor do Banco Maisonnave S.A. e Diretor Comercial do Banco Arbi S.A.

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos:

- Desde abril de 2001 é membro do Conselho Fiscal da Marcopolo S/A, empresa que atua no ramo da indústria e comércio de carrocerias para ônibus;
- Desde setembro de 2005, é membro do Conselho Fiscal de Lojas Renner S.A., rede de lojas de departamento de vestuário;
- Desde setembro de 2008, é membro do Conselho Fiscal do Instituto Lojas Renner, organização de sociedade civil de interesse público - OSCIP.
- De 2008 a 2011, membro convidado do Conselho de Gestão da Freios Control Ltd., empresa que atua na produção de autopeças e componentes de borracha.

Nenhuma dessas empresas em que o conselheiro atuou ou atua, faz parte do Grupo Econômico Marcopolo.

SÉRVULO LUIZ ZARDIN:

É economista, formado em Ciências Políticas e Econômicas pela PUC-RS, em 1962. Em 1964 Diretor Técnico da Banrisul Financeira S.A. – Crédito, Financiamentos e Investimentos, tendo se aposentado do Banrisul em maio de 2012; Diretor Financeiro e de Operações da CRT – Cia. Riograndense de Telecomunicações; membro do Conselho de Administração do IDERGS – Instituto de Desenvolvimento Empresarial do RS; membro do Conselho de Administração do CETERGS – Centro de Treinamento Empresarial do RS; foi componente do Conselho de Administração da Cia. União de Seguros Gerais, foi Diretor da CRP – Cia Riograndense de Participações, e compôs o Conselho de Administração do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia. Em 1975 foi Vice-Presidente e posteriormente Presidente do BADESUL – Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A; e, em 2012, foi eleito Presidente do Conselho Fiscal do SEBRAE-RS.

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos:

- Desde 2001, membro suplente do Conselho Fiscal da Marcopolo S.A., que atua no ramo de indústria e comércio de carrocerias para ônibus;
- Desde 2003, membro do Conselho Fiscal do SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, e membro do Conselho de Administração da Casa Rural – Centro Agropecuário;
- Desde 2008, membro efetivo do Conselho Fiscal do SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro, Pequenas e Médias empresas;
- Técnico – Quadro B, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. desde 1991 (admitido na Banrisul Financeira S.A. em 01/04/1964 e incorporado ao quadro técnico do Banco em 1991, tendo se aposentado em maio de 2012);
- Presidente do Conselho Fiscal do SEBRAE-RS, desde 2012.

Nenhuma dessas empresas em que o conselheiro atuou ou atua, faz parte do Grupo Econômico Marcopolo.

Informações Gerais: Para fins do disposto no item 12.9 do Anexo 24 da Instrução CVM 480, os administradores da companhia, informam que inexistem relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os atuais membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e entre os indicados para compor o Conselho Fiscal da companhia, entre eles e com os demais administradores da companhia, administradores de controladas, diretas e indiretas; controladores diretos ou indiretos da companhia.

E, para fins do disposto no item 12.10 do Anexo 24 da Instrução CM 480, informam, ainda, os administradores, que inexistem qualquer relação de subordinação entre os nomes acima referidos e sociedade controlada pela companhia e/ou controlador da companhia, nem são fornecedores, clientes, devedores ou credores da companhia e suas controladas, nem de controladas ou controladoras de fornecedores, clientes, devedores ou credores da companhia.

A Companhia, mantendo a prática de boa governança de anos anteriores, incluirá na ordem do dia a eleição dos membros do Conselho Fiscal e fixação de sua remuneração. Reservam-se, no entanto, os controladores, o direito de exercerem a prerrogativa legal de eleger o mesmo número de membros que forem eleitos pelos acionistas minoritários e acionistas detentores de ações preferenciais mais um.

**- PROPOSTA REMUNERAÇÃO ADMINISTRADORES –
(Item I, letra “d” da Ordem do Dia)**

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria propõem aos Senhores Acionistas, que a remuneração mensal global dos administradores, incluindo os honorários dos conselheiros de administração, dos diretores e, quando remunerados, dos membros de Comitês, para vigorar a partir de 1º de abril de 2015, seja fixada em até R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais). Propõem, também, que a remuneração dos administradores continue sendo mantida fixa, sem qualquer reajuste, até a AGOE de 2016. O montante global proposto, após aprovado pela Assembleia Geral, será distribuído aos membros do Comitê Executivo, do Conselho de Administração e da Diretoria, em reunião que com tal finalidade deverá ser realizada pelo Conselho de Administração.

ÍTEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Remuneração dos Administradores

13.1. Prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária, Conselho Fiscal e Comitês:

A prática adotada pela companhia para remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê Executivo, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal, leva em consideração as responsabilidades de cada órgão, o tempo dedicado às respectivas funções, a competência e reputação profissional, o valor de seus serviços no mercado e as qualificações.

(a) Objetivos da prática de remuneração: *Alinhar os interesses dos administradores e gestores com os da companhia, sendo que.*

Conselho de Administração: *Os membros do Conselho de Administração da companhia recebem, a título de honorários, 13 (treze) remunerações por ano, sendo que o valor individual mensal é fixado anualmente pelos próprios membros do Conselho de Administração, dentro do montante global mensal fixado pela Assembleia para pagamento da remuneração dos administradores. Os membros do Conselho de Administração que são também membros efetivos do Comitê Executivo, são remunerados apenas na função de membros efetivos do Comitê Executivo, não sendo remunerados como conselheiros de administração. Os demais conselheiros que não fazem parte do Comitê Executivo, ou fazem parte do Comitê Executivo apenas como membros indicados ou convidados, são remunerados somente como membros do Conselho de Administração, sendo o valor igual a todos os conselheiros. No caso de Conselheiro que participa em outros Comitês, que não seja o Comitê Executivo, receberá mais um adicional mensal a título de participação em outros Comitês, porém, se um mesmo conselheiro participar em mais de um Comitê, receberá apenas um adicional mensal. O valor desse adicional corresponde a aproximadamente 25% do valor dos honorários fixados para cada conselheiro. Nenhum outro valor, benefício ou verba de representação, que não os aqui mencionados, é pago aos conselheiros de administração a qualquer título, pelo exercício do cargo de membro do Conselho de Administração.*

Comitê Executivo: *O Comitê Executivo é um Comitê estatutário, e seus membros efetivos recebem, a título de honorários, 13 (treze) remunerações por ano. O valor individual mensal devido a cada um dos membros do Comitê Executivo é fixado pelos membros do Conselho de Administração, dentro do montante global mensal fixado anualmente pela Assembleia Geral para pagamento da remuneração dos administradores. Os membros efetivos do Comitê Executivo que forem, também, membros do Conselho de Administração, são remunerados apenas como membros do Comitê Executivo. Os membros efetivos do Comitê Executivo que acumularem, também, o cargo de Diretor, recebem sua remuneração apenas como Diretor. Os membros efetivos do Comitê Executivo recebem um valor anual a título de participação estatutária nos resultados, que corresponde a, no máximo, o valor total da remuneração anual dos mesmos, ou 10% dos lucros, prevalecendo o limite que for*

menor. Os membros efetivos do Comitê Executivo que participam de outros comitês, não recebem nenhum adicional por participação nesses outros Comitês. Nenhum outro valor, benefício ou verba de representação que não os aqui mencionados, é pago aos membros do Comitê Executivo a qualquer título, pelo exercício do cargo de membros desse Comitê.

Diretoria estatutária: Os membros da Diretoria estatutária da companhia recebem 13 (treze) remunerações por ano, a título de honorários, cujo valor individual mensal é fixado pelos membros do Conselho de Administração, dentro do montante global mensal fixado anualmente pela Assembleia para pagamento da remuneração dos administradores. Diretores que forem membros do Conselho de Administração e/ou do Comitê Executivo são remunerados apenas como Diretor. Os Diretores que exercem funções em qualquer outros Comitês, não recebem qualquer adicional por participação nesses comitês. Os Diretores, além dos honorários mensais, recebem, anualmente, um valor a título de participação estatutária nos resultados que corresponde a, no máximo, o valor total da remuneração anual dos mesmos, ou 10% dos lucros, prevalecendo o limite que for menor; os três Diretores, não controladores, participam do Plano de Outorga de Opções de compra de ações, e dois deles estão incluídos no Plano de Previdência Privada (Marcoprev), conforme valores constantes adiante, em quadro específico. Nenhum outro valor, benefício ou verba de representação que não os aqui mencionados, é pago aos Diretores estatutários da companhia, a qualquer título, pelo exercício do cargo de Diretor.

Conselho Fiscal: A remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal em exercício, foi fixada pela última Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, tendo sido estabelecido na referida Assembleia que a remuneração não poderia ser inferior ao mínimo legal, ou seja, não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios e participação nos lucros. O montante global fixado na última AGO/E foi distribuído entre os membros titulares do Conselho Fiscal eleitos (3 membros), sendo que, ao Presidente do Conselho Fiscal, coube o montante superior em 25% em relação aos demais membros. Os membros do Conselho Fiscal não recebem nenhuma outra remuneração, benefício ou verba de representação, porém, de acordo com a legislação em vigor, a companhia reembolsa os Conselheiros Fiscais de todas as despesas com locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções.

Comitês (“Estratégia e Inovação”, “Auditoria e Risco”, e “RH e Ética”): O valor da remuneração dos membros dos Comitês de Estratégia e Inovação, de Auditoria e Risco e de RH e Ética, quando remunerados, corresponde a, aproximadamente, 25% da remuneração individual recebida pelos membros do Conselho de Administração. Os membros dos Comitês de Estratégia e Inovação, Auditoria e Risco e RH e Ética, que forem, também, membros efetivos do Comitê Executivo e/ou membros da Diretoria, são remunerados apenas como membros do Comitê Executivo e membros da Diretoria. Demais membros do Conselho de Administração que participam de um ou mais desses Comitês, recebem remuneração como membros do Conselho de Administração e um adicional como membros desses Comitês, porém, se um mesmo conselheiro participar em mais de um Comitê, receberá apenas um adicional. Os membros do Comitê Executivo que participem de outros Comitês, não receberão o referido adicional. Os Diretores não Conselheiros e os funcionários da Companhia, que exercem funções em Comitês, são remunerados apenas na condição de Diretores ou de funcionários da Companhia, não recebendo qualquer adicional por participação em Comitês. Demais membros de Comitês, que não sejam administradores ou funcionários da sociedade, recebem, mensalmente, por sua participação em quaisquer dos Comitês, a importância que for estabelecida pelo Conselho de Administração (atualmente corresponde ao mesmo valor recebido pelos membros do Conselho de Administração a título de adicional por participação em Comitês). No caso de haver a participação em Comitês de profissionais convidados de fora da empresa, estes também tem a remuneração definida pelo Conselho de Administração. Os membros dos Comitês de “Estratégia e Inovação”, “Auditoria e Risco” e “RH e Ética”, não recebem nenhuma outra remuneração, benefício ou verba de representação, a qualquer título, por participação nesses Comitês.

Diretoria não estatutária: As práticas e políticas de remuneração visam atrair, engajar e reconhecer profissionais com as competências e valores definidos pela Marcopolo, alinham as expectativas dos acionistas e promovem a

busca por resultados superiores a curto prazo, por meio de um pacote de remuneração competitivo que é avaliado anualmente com base em pesquisas salariais e boas práticas de mercado.

A política de remuneração é baseada nas seguintes premissas:

- *Alinhamento de interesses de Acionistas e Executivos;*
- *Criação de valor sustentável a curto, médio e longo prazo;*
- *Promover a transição da estratégia para execução;*
- *Alinhamento com as demais ferramentas e práticas de Gestão de Pessoas;*
- *Reconhecer, reter e atrair de forma equânime.*

A partir de 2013 a Companhia revisou sua estrutura de Cargos e Salários e passou a utilizar o GGS – Global Grading System™ metodologia da Towers Watson voltada à classificação e mensuração da relatividade dos cargos, baseada em critérios e métodos que facilitam e regram a gestão das posições e pacotes de remuneração nos diversos negócios, unidades e localidades.

(b) Composição da Remuneração, indicando:

i. *Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:*

Conselho de Administração/Comitê Executivo:

- *Os membros do Conselho de Administração da companhia recebem uma remuneração fixa, a título de honorários e, quando participam também em outros Comitês, que não seja o Comitê Executivo, recebem mais um adicional mensal a título de participação em outros Comitês, porém, se um mesmo conselheiro participar em mais de um Comitê, receberá apenas um adicional mensal. Os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração variável;*
- *A remuneração dos membros do Comitê Executivo é composta por uma remuneração fixa mensal (honorários) e uma remuneração variável anual (participação nos lucros). Além disso, um dos membros do Comitê Executivo está incluído no Plano de Previdência Privada (Marcoprev);*

Elementos da remuneração:

a) *Remuneração fixa:*

A remuneração fixa é constituída de:

- *Honorários;*
- *Benefícios diretos e indiretos: previdência privada (Marcoprev), seguro de vida em grupo, seguro acidentes pessoais e assistência médica (Unimed), sendo que apenas a previdência privada é considerada nas demonstrações financeiras como remuneração, razão pela qual no item 13.2 do Formulário de Referência, apenas os valores da Marcoprev foram considerados na remuneração; e*
- *Adicional por participação em Comitês;*

b) *Remuneração variável:*

A remuneração variável é constituída de Participação nos resultados (apenas para os membros do Comitê Executivo).

Objetivo de cada um dos elementos da remuneração:

- *A remuneração fixa tem como objetivo remunerar os profissionais de acordo com as boas práticas de mercado, de forma a manter/atrain os talentos da companhia.*
- *A remuneração variável tem como objetivo alinhar os interesses dos administradores aos dos acionistas; incentivar o administrador a um compromisso com os resultados de curto, médio e longo prazos; motivar*

e reconhecer os administradores; estimular o sentimento de propriedade e comprometimento dos mesmos; e atrair e, principalmente, reter talentos;

Diretores estatutários:

- Os diretores estatutários, além dos honorários mensais, recebem, anualmente, um valor a título de participação estatutária nos resultados que corresponde a, no máximo, o valor total da remuneração anual dos mesmos, ou 10% dos lucros, prevalecendo o limite que for menor (Artigo 25 do Estatuto Social); os três Diretores (não controladores), participam do Plano de Outorga de Opções de compra de ações (ver nota 4 ao final do item 13.1), e dois deles estão incluídos no Plano de Previdência Privada – Marcoprev. Nos exercícios onde o desempenho da companhia supere as metas de lucro líquido, os diretores estatutários (não controladores), poderão, por deliberação do Conselho de Administração, receber participação nos resultados adicional a acima referida.

Elementos da remuneração:

a) Remuneração fixa:

A remuneração fixa é constituída de:

- Honorários;

- Benefícios diretos e indiretos: Previdência privada (Marcoprev), seguro de vida em grupo, seguro acidentes pessoais e assistência médica (Unimed), sendo que apenas a previdência privada é considerada nas demonstrações financeiras como remuneração, razão pela qual no item 13.2 do Formulário de Referência, apenas os valores da Marcoprev foram considerados na remuneração (Ver Notas 1 e 2 ao final deste item 13.1), sendo que apenas dois membros estão incluídos no Plano de Previdência Privada; e,

b) Remuneração variável:

A remuneração variável é constituída de:

- Participação nos resultados, que corresponde a, no máximo, o valor total da remuneração anual dos mesmos, ou 10% dos lucros, prevalecendo o limite que for menor, sendo que, nos exercícios onde o desempenho da companhia supere as metas de lucro líquido, os diretores estatutários (não controladores), poderão, por deliberação do Conselho de Administração, receber uma participação adicional nos resultados.; e
- Remuneração baseada em ações (apenas os Diretores não controladores participam do Plano de Outorga de Opções de compra de ações), ou seja, a diferença entre os preço de venda das ações aos participantes, e o valor da ação em Bolsa na data de exercício. (Ver Nota 4 ao final deste item 13.1)

Objetivo de cada um dos elementos da remuneração:

- A remuneração fixa tem como objetivo remunerar os profissionais de acordo com as boas práticas de mercado, de forma a manter/atrain os talentos da companhia.
- A remuneração variável tem como objetivo alinhar os interesses dos executivos aos dos acionistas; incentivar o executivo a um compromisso com os resultados de curto, médio e longo prazo; motivar e reconhecer os executivos; estimular o sentimento de propriedade e comprometimento dos executivos; e atrair e, principalmente, reter talentos;

Conselho Fiscal:

- Os membros do Conselho Fiscal recebem 13 remunerações por ano (valor fixo a título de honorários), e não recebem nenhuma outra remuneração, benefício ou verba de representação, porém, de acordo com a

legislação em vigor, a companhia reembolsa os Conselheiros Fiscais de todas as despesas com locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções.

Elementos da remuneração: Constituída apenas de remuneração fixa (honorários).

Objetivo de cada um dos elementos da remuneração: Remunerar os conselheiros pelo exercício de suas funções, observadas as normas e limites legais aplicáveis, dentro das médias praticadas pelo mercado.

Diretores não estatutários:

- A composição da remuneração dos Diretores não estatutários está estruturada em três componentes, Remuneração Fixa, Remunerações variáveis de Curto e Longo Prazos, e benefícios, conforme abaixo:

Elementos da remuneração:

- a) Remuneração fixa: A remuneração fixa compreende o salário nominal mensal, o 13º salário e o adicional de férias. Os salários nominais são definidos com base na mediana de mercado da pesquisa salarial realizada a cada dois anos com consultoria especializada, tendo como painel de referencia empresas de porte e segmentos similares, garantindo assim uma tabela salarial competitiva.
- b) Remuneração variável de curto e longo prazo:
- Incentivo de Curto Prazo ou Plano Variável Executiva: Esse modelo de remuneração variável compreende além dos Diretores, demais níveis de Gestão.
 - Incentivo de Longo Prazo: Corresponde ao Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de ações, porém, apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes e o valor da ação em Bolsa na data de exercício, está sendo considerada remuneração (Ver Nota 4 ao final deste item 13.1.)
- c) Benefícios: Além da remuneração fixa e das remunerações variáveis de curto e longo prazo, a Companhia disponibiliza a seus Diretores não estatutários, os seguintes benefícios: Plano de Previdência privada (Marcoprev), Seguro de Vida, e Plano de Saude (Unimed), sendo que apenas a previdência privada é considerada nas demonstrações financeiras como remuneração (Ver Notas 1 e 2 ao final deste item 13.1).

Objetivo de cada um dos elementos:

Remuneração fixa:

- A remuneração fixa tem como objetivo remunerar conforme o nível de responsabilidade, complexidade e importância e impacto de cargo para os resultados da organização, mantendo o equilíbrio interno e a competitividade externa.

Remuneração variável:

- Incentivo de Curto Prazo: Tem como objetivo premiar o alcance e superação de objetivos e metas anuais de curto prazo, vinculadas ao planejamento e orçamento do respectivo exercício. O seu potencial de ganho suporta a busca por resultados superiores e é fator de diferenciação para atração e retenção de executivos.
- Incentivo de Longo Prazo: Além de alinhar os interesses dos acionistas e administradores, diferencia a Companhia em relação a demais empresas em termos de práticas de gestão de pessoas e é um fator importante na retenção e geração de valor no longo prazo.

Comitês (“Estratégia e Inovação”, “Auditoria e Risco”, e “RH e Ética”):

Elementos da remuneração:

- Os membros desses outros Comitês (de “Estratégia e Inovação”, “Auditoria e Risco”, e “RH e Ética”), desde que não façam parte do Comitê Executivo, da Diretoria ou quadro de funcionários da companhia, recebem uma remuneração fixa, única, e que corresponde a 25% do valor dos honorários fixado para cada Conselheiro de Administração.

Objetivo dessa remuneração: Atrair e reter esses profissionais na companhia.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

Conselho de Administração em 2014:

Honorários pelo cargo de Conselheiro – 79,5% do total

Adicional por participação em Comitês – 20,5% do total

2014	% Remuneração fixa (honorários) s/total	% Adicional por participação em outros Comitês	Benefícios diretos e indiretos		% Remuneração variável
	79,5%	20,5%	0%		0%

Comitê Executivo em 2014:

2014	% Remuner. fixa como membros Comitê Executivo s/total (honorários)	% referente Plano de Previdência s/total	% outros Benefícios (Plano de saúde e seguro) s/total		% Remun. Variável (participação nos resultados) s/ total
	47,48%	1,10%	3,94%		47,48%

Diretoria Estatutária: Não existe uma regra preestabelecida, podendo a proporção de cada elemento da remuneração sofrer variações de um ano para outro. Em 2014 as proporções foram as seguintes:

2014	% Honorários (remuneração fixa) s/total	% benefícios sobre o total (Plano de Previd)	% ref. Outros benefícios s/total	% ref. Plano de Opções em ações		% Remuneração variável sobre o total (Particip. nos Lucros)
	46,87%	1,46%	4,02%	0,78%		46,87%

Conselho Fiscal: Honorários = 100% da remuneração total

2014	% Remuneração fixa	Benefícios diretos e		% Remuneração variável
------	--------------------	----------------------	--	------------------------

	(Honorários)	indiretos		
	100%	0%		0%

Comitês de Estratégia e Inovação, RH e Ética, e Auditoria e Risco: A remuneração total de cada um dos membros desses Comitês, quando remunerados, é representada 100% pelo valor mensal pago por participação nesses Comitês.

2014	% Remuneração fixa (Honorários)	Benefícios diretos e indiretos		% Remuneração variável
	100%	0%		0%

Diretoria não estatutária:

2014	% Remuneração fixa s/total	% benefícios sobre o total	Incentivo de Longo Prazo Plano de Opções em ações	Incentivo de Curto Prazo % Remuneração variável sobre o total
	57%	20%	6%	17%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Para o Conselho Administração, Diretoria estatutária, Conselho Fiscal e Comitês:

Remuneração fixa: O reajuste da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês, é estabelecido anualmente pela Assembleia Geral que fixar o montante global mensal da remuneração.

Remuneração variável: Além dos honorários mensais, os Diretores e membros do Comitê Executivo recebem, anualmente, um valor a título de participação estatutária nos resultados que corresponde a, no máximo, o valor total da remuneração anual dos mesmos, ou 10% dos lucros, prevalecendo o limite que for menor. Nos exercícios onde o desempenho da companhia supere as metas de lucro líquido, os diretores estatutários (não controladores), poderão, por deliberação do Conselho de Administração, receber participação nos resultados adicional a acima referida (Artigo 25 do Estatuto Social).

Para a Diretoria não estatutária:

Remuneração fixa: No que se refere a Diretoria não estatutária, a remuneração fixa é determinada pela avaliação e respectivo nivelamento do cargo mediante metodologia GGS (Global Grading System) desenvolvida pela Towers Watson, que analisa e mensura a relatividade dos cargos, baseado em critérios que definem sua contribuição aos processos de uma organização. A definição das tabelas salariais são embasadas na mediana de mercado, conforme pesquisa especializada e nas melhores práticas de mercado.

Os reajustes salariais são geridos por políticas e procedimentos que auxiliam os gestores nas tomadas de decisão e podem ocorrer das seguintes formas:

- *Promoção: Aumento salarial individual devido a uma movimentação pessoal para um cargo de maior responsabilidade;*
- *Mérito: O aumento salarial por mérito representa um reconhecimento individual, baseado na execução das responsabilidades primárias do cargo, no alcance recorrente de objetivos, na prática de valores e na demonstração de comportamentos esperados pela Companhia. É um movimento de progressão horizontal dentro da faixa salarial do cargo. Tem como base a performance individual, o potencial e a comparação com as médias salariais de mercado.*
- *Enquadramento Salarial: Adequação do salário de um determinado executivo para o nível salarial inicial do seu respectivo cargo;*
- *Acordo Coletivo: Aumento salarial concedido por decisão do acordo ou convenção coletiva com o sindicato na respectiva data base.*

Remuneração variável de curto prazo: É baseada no modelo de Participação nos Lucros e Resultados. Os Diretores não estatutários possuem um potencial de ganho anual de acordo com seu nível na estrutura de cargos e salários, que será pago de forma proporcional ao alcance de metas e objetivos previamente definidos.

A condição básica para pagamento da remuneração variável é alcançar, no mínimo, 60% do valor orçado do Lucro Líquido para o ano vigente. Ficando abaixo de 60%, não haverá pagamento de remuneração variável. Uma vez atendida a premissa básica do Lucro Líquido, é necessário que demais metas e objetivos sejam alcançados. Esses objetivos são definidos anualmente, desdobrados e monitorados através da ferramenta BSC (Balanced Score Card). Ao final do exercício as metas são submetidas ao CEO e ao Conselho de Administração que avaliarão e definirão o resultado final e o respectivo prêmio a ser pago.

Remuneração variável de longo prazo: Está representada pelo Programa anual de opção de compra e/ou subscrição de ações. Anualmente os Diretores não estatutários possuem a opção de comprar ações de emissão da Companhia, até o limite de 1/3 do valor do resultado da variável de curto prazo do exercício anterior, pelo preço médio ponderado da cotação das ações nos últimos 60 pregões da Bolsa de Valores da Bovespa, anteriores a data de exercício, utilizando-se para tanto a cotação média das ações em cada pregão. O Conselho de Administração poderá conceder desconto de até 20% no preço da compra e/ou subscrição das ações, objetivando estimular os Participantes a exercerem as opções outorgadas. De qualquer forma, o preço final para aquisição e/ou subscrição das ações não poderá ser inferior a 80% do valor médio de Bolsa das ações no dia anterior ao da efetiva compra ou subscrição, nem superior ao preço médio de mercado no dia anterior a Data de Exercício.

As ações compradas e/ou subscritas na forma do Programa Anual, bem como aquelas que venham a ser acrescidas em razão de bonificações ou desdobramentos, ficarão indisponíveis por determinado período, com objetivo de retenção e sustentabilidade do negócio: 35% das ações são liberadas após 12 meses da opção de compra, 35% das ações são liberadas após 24 meses da opção de compra e o saldo após completar 36 meses da opção de compra.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração:

Conselho de Administração e Diretoria: Reconhecer os serviços prestados pelos Conselheiros, levando em consideração também as práticas de mercado.

Comitê Executivo: Reconhecer os serviços prestados por seus membros, levando em consideração também as práticas de mercado e o tempo dedicado diariamente pelo profissional em suas atividades na companhia.

Conselho Fiscal: Reconhecer os serviços prestados pelos Conselheiros.

Comitês de RH e Ética, Auditoria e Risco, e Estratégia e Inovação: Reconhecer os serviços prestados pelos profissionais como membros desses Comitês.

Diretoria não estatutária: *A composição da remuneração visa reconhecer, recompensar e reter os profissionais, mediante os desafios e objetivos estratégicos da organização e do alinhamento com as práticas de mercado. Equilibra o foco e os esforços no curto e médio prazos, sempre visando a sustentabilidade e resultados superiores no longo prazo, dentro de níveis de risco aceitáveis por ambas as partes. Desta forma cada componente da remuneração tem a sua parcela de contribuição, alinhando os interesses dos administradores aos dos acionistas.*

(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A remuneração fixa dos administradores (Conselho de Administração, Comitê Executivo, Diretoria Estatutária, Conselho Fiscal, Comitê Executivo e demais Comitês), é aprovada anualmente pela Assembleia Geral, e distribuída aos diversos órgãos pelo Conselho de Administração, não sendo levados em consideração indicadores de desempenho. Para a remuneração variável, é observado o disposto no Artigo 25 do Estatuto Social da companhia, já referido anteriormente.

Quanto a Diretoria não estatutária:

- Na remuneração fixa são levados em consideração indicadores que demonstram as competências e nível de prontidão do colaborador frente as responsabilidades do seu respectivo cargo, além da performance individual.

- Para definição da remuneração variável são levados em consideração indicadores com objetivos financeiros, operacionais e de gestão de pessoas, como Lucro Líquido, CVA, ROIC, EBITDA OVERSEAS, Receita Líquida, Participação de Mercado, satisfação de clientes, projetos estratégicos, performance industrial, clima organizacional, qualidade e acidentologia.

Nos incentivos de longo prazo (Programas de Opções de Ações), a própria valorização de mercado da ação é que irá medir e premiar o desempenho da organização e de seus respectivos Diretores.

(d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A remuneração fixa é determinada pela complexidade e importância dos processos que cada função desempenha na organização. Dessa forma, os indicadores de desempenho auxiliam na definição da magnitude de cada posição e na avaliação do seu respectivo cargo, que conseqüentemente impactará o seu salário nominal.

A Remuneração Variável é uma ferramenta que permite desdobrar e mensurar os objetivos estratégicos e operacionais da organização por meio de indicadores de desempenho. O acompanhamento e as ações de melhorias sistemáticas dos indicadores nas diversas áreas permitem resultados consolidados superiores e alinhados com os objetivos, e impactam diretamente no pagamento da parcela variável dos Diretores não estatutários.

e.) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da companhia de curto, médio e longo prazo:

A política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazos por meio de sua composição descrita no item b, a qual é pensada estrategicamente, discutida e aprovada pelo CEO, Comitê de RH e Ética e pelo Conselho de Administração.

f.) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há honorários suportados por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da companhia, assim como inexistente remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

g.) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

Notas:

(1) *Embora a empresa mantenha um Plano de Saúde junto a UNIMED NORDESTE – RS (plano Básico Plus), por tratar-se de um Plano básico e único, extensivo a todos os funcionários e executivos, incluídos os Diretores*

estatutários e não estatutários e os membros efetivos do Comitê Executivo, e considerando não ser relevante o valor pago pela empresa a esse título, tais valores nunca foram considerados nas demonstrações financeiras como remuneração variável dos administradores. O valor total anual pago pela companhia a cada um dos diretores estatutários, não estatutários e membros efetivos do Comitê Executivo, a título de Plano de Saúde, correspondeu, em 2014, a R\$ 3.516,24 cada um.

- (2) Da mesma forma, a companhia paga mensalmente a todos os funcionários e executivos, incluídos os Diretores estatutários e não estatutários e membros efetivos do Comitê Executivo, um valor mensal a título de seguro de vida, porém, considerando não ser relevante o valor pago pela empresa a esse título, nunca foi considerado como remuneração dos administradores. O valor total anual pago pela companhia em 2014 a esse título, aos diretores estatutários, não estatutários e membros efetivos do Comitê Executivo, foi de R\$ 1.417,68 a cada um.
- (3) Conforme programa de desoneração da folha de pagamento do Governo Federal, a Marcopolo está enquadrada na gama de empresas que substitui as contribuições pagas ao INSS com base na folha de pagamento pelas contribuições pagas sobre a receita bruta (descontando as receitas de exportação). Diante do exposto, não há valores específicos de INSS incidentes sobre a folha de pagamento dos administradores.
- (4) No que se refere ao Plano de Outorga de Opções, esta companhia entende que o mesmo não possui caráter de remuneração, entretanto, considerando a necessidade de inserir neste item 13 do FR, que trata de remuneração, informações sobre o Plano de Opções, as mesmas serão incluídas em todos os itens em que for requerida neste Formulário de Referência, mas a título meramente informativo.

13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos exercício 2014, 2013 e 2012, e Remuneração prevista para o presente exercício social, do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal:

Remuneração prevista para o presente exercício social de 2015, do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº de membros	8	3	3	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.304.000,00	3.310.000,00	559.000,00	9.173.000,00
Benefícios direto e indireto	110.000,00	120.000,00	0,00	230.000,00
Participações em Comitês	468.000,00	0,00	0,00	468.000,00
Outros	280.800,00	264.800,00	0,00	545.600,00
Descrição de outras remunerações fixas	FGTS			
Remuneração Variável				
Bônus				
Participação de resultados	3.510.000,00	3.310.000,00	0,00	6.820.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras	0,00	0,00	0,00	0,00

remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	29.097,27	0,00	29.097,27
TOTAL	9.672.800,00	7.033.897,27	559.000,00	17.265.697,27

Remuneração reconhecida no resultado do exercício 2014, do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº de membros	8	3	3	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.213.250,00	3.184.000,00	547.000,00	8.944.250,00
Benefícios direto e indireto	104.342,88	117.989,58	0,00	222.332,46
Participações em Comitês	449.750,00	0,00	0,00	449.750,00
Outros	277.920,00	254.720,00	0,00	532.640,00
Descrição de outras remunerações fixas	FGTS			
Remuneração Variável				
Bônus				
Participação de resultados	3.474.000,00	3.184.000,00	0,00	6.658.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	53.154,09	0,00	53.154,09
TOTAL	9.519.262,88	6.793.863,67	547.000,00	16.860.126,55

Remuneração reconhecida no resultado do exercício 2013 do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL

Nº de membros	8,6666	3,6666	3	15,333
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.395.000,00	3.406.000,00	507.000,00	9.308.000,00
Benefícios direto e indireto	100.282,69	134.808,96	0,00	235.091,65
Participações em Comitês	390.000,00	0,00	0,00-	390.000,00
Outros	306.800,00	272.480,00	0,00	579.280,00
Descrição de outras remunerações fixas	FGTS	FGTS		
Remuneração Variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	3.835.000,00	3.406.000,00	0,00	7.241.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessaç�o do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em a�oes	0,00	104.524,24	0,00	104.524,24
Observa�oes	<p>1.) No total dos membros do Conselho de Administra�o foram considerados os membros do Comit� Executivo (num total de 3), sendo que um dos membros do Conselho de Administra�o n�o recebe qualquer remunera�o como membro do CA, recebendo a totalidade de sua remunera�o como membro do Comit� Executivo;</p> <p>2.) Os membros do CA n�o recebem remunera�o vari�vel, apenas os membros do Comit� Executivo;</p> <p>3.) O n�o de membros foi calculado na forma do disposto no Oficio Circular CVM/SEP/N � 01/2013 (Jan � Ago 9 membros x 8 = 72) + 8 membros de Set � Dez x 4 = 104/12 = 8,6666 membros)</p> <p>4.) Cfe programa do</p>	<p>1.) Um dos membros da Diretoria (falecido em ago/13) era tamb�m membro efetivo do Comit� Executivo (CE), e recebia parte de sua remunera�o como Diretor e parte como membro do CE;</p> <p>2.) Dois dos diretores s�o tamb�m membros indicados do CE porem recebem a totalidade de sua remunera�o como Diretores, nada recebendo como membros do Comit�;</p> <p>3.) Apenas a diferen�a entre o pre�o de venda das a�oes aos participantes e o valor da a�o em Bolsa na Data do exerc�cio da op�o, foi considerada no valor da remunera�o, sendo que apenas os diretores estatut�rios n�o controladores recebem op�oes em a�oes</p> <p>4.) O nr de membros</p>	<p>1.) O nr. de membros foi calculado na forma do disposto no Oficio Circular CVM/SEP/N � 01/2013 (Jan � Dez 3 membros x 12 = 36 / 12 = 3 membros</p> <p>2.) Cfe programa do Governo Federal de desonera�o da folha de pagamento, a Cia est� enquadrada na gama de empresas que substitui as contribui�oes pagas sobre a receita bruta (descontando as receitas de exporta�o). Em raz�o disso, n�o h� valores espec�ficos de INSS incidentes sobre a folha de pagamento dos administradores</p>	

	Governo Federal de desoneração da folha de pagamento, a Cia está enquadrada na gama de empresas que substitui as contribuições pagas sobre a receita bruta (descontando as receitas de exportação). Em razão disso, não há valores específicos de INSS incidentes sobre a folha de pagamento dos administradores	foi calculado na forma do disposto no Ofício CVM 001/13 (Jan à Ago 4 membros x 8 = 32 + Set à Dez 3 membros X 4 = 12, sendo 32 + 12 = 44/12 = 3,6666 5.) Cfe cronograma do Governo Federal de desoneração da folha de pagamento, a Cia está enquadrada na gama de empresas que substitui as contribuições pagas ao INSS com base na folha de pagamento pelas contribuições pagas sobre a receita bruta (descontando as receitas de exportação). Em razão disso, não há valores específicos de INSS incidentes sobre a folha dos administr.		
Total da remuneração	10.027.082,69	7.323.813,20	507.000,00	17.857.895,89

Observação: Os valores reconhecidos no resultado do exercício 2013 estão menores do que os que estavam previstos, em razão de ter falecido em 27.08.2013 um dos Diretores e membro do Comitê Executivo

Remuneração reconhecida no resultado do exercício 2012, do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº de membros	8,5	4	3	15,5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.589.665,75	3.395.991,30	489.000,00	9.474.657,05
Benefícios direto e indireto	72.180,27	101.606,16	0,00	173.786,43
Participações em Comitês	354.069,70	0,00	0,00	354.069,70
Outros	977.611,20	635.367,13	51000,00	1.663.978,33
Descrição de outras remunerações fixas	FGTS R\$333.897,32 INSS R\$643.713,88	FGTS R\$271.703,33 INSS R\$363.663,80	INSS	
Remuneração Variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	4.173.716,25	3.395.991,30	0,00	7.569.707,55
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	463.710,04	363.663,80	0,00	827.373,84

Descrição de outras remunerações variáveis	INSS	INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	191.838,71	0,00	191.838,71
Observações	<p>1.) O nº de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2013 (Jan/Fev/Mar 7 membros X 3 = 21 + Abr à Dez 9 membros X 9 = 81 (81 + 21 = 102/12 meses = 8,5 membros</p> <p>2.) Cfe. Programa do Governo Federal de desoneração da folha de pagamento, a Cia. está enquadrada na gama de empresas que substitui as contribuições pagas ao INSS com base na folha de pagamento pelas contribuições pagas sobre a receita bruta (descontando as receitas de exportação). Em razão disso, desde ago/12 não há valores específicos de INSS incidentes s/a folha de pagamento dos admin.</p>	<p>1.) O nº de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2013 (Jan à Dez 4 membros X 12 meses = 48 / 12 = 4 membros</p> <p>2.) Cfe. Programa do Governo Federal de desoneração da folha de pagamento, a Cia. está enquadrada na gama de empresas que substitui as contribuições pagas ao INSS com base na folha de pagamento pelas contribuições pagas sobre a receita bruta (descontando as receitas de exportação). Em razão disso, desde ago/12 não há valores específicos de INSS incidentes s/a folha de</p>	<p>1.) O nº de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2013 (Jan à Dez 3 membros X 12 meses = 36 / 12 = 3 membros</p> <p>2.) Cfe. Programa do Governo Federal de desoneração da folha de pagamento a Cia. está enquadrada na gama de empresas que substitui as contribuições pagas ao INSS com base na folha de pagamento pelas contribuições pagas sobre a receita bruta (descontando as receitas de exportação). Em razão disso, desde ago/12 não há valores específicos de INSS incidentes s/a folha de</p>	
Total da Remuneração	11.630.953,21	8.084.458,40	540.000,00	20.255.411,61

13.3. Remuneração Variável dos membros do CA, Diretoria e CF

Membros do Conselho Fiscal e membros do Conselho de Administração da companhia, não fazem jus a remuneração variável. Os membros do Conselho de Administração que participam, também, do Comitê Executivo e ou da Diretoria da companhia, recebem um valor a título de participação nos resultados, porém, tal valor será devido, exclusivamente em razão de serem membros do Comitê Executivo e/ou da Diretoria da companhia.

Remuneração Variável prevista para o presente exercício de 2015				
a) Órgão	Conselho de Administração	Comitê Executivo	Diretoria	Conselho Fiscal
b) Nº de membros	Nove		Três	Três
c) Bônus	Não se aplica			
d) Participação no resultado	Não se aplica			Não se aplica
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração (*)				
ii. <u>Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)</u>		R\$ 3.510,0 mil	R\$ 3.310,0 mil	
iii. Valor previsto no plano de				

remuneração, caso as metas fossem atingidas (*)				
<p>Observações:</p> <p>(*) A companhia não possui um Plano de Remuneração para os membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Diretoria e Conselho Fiscal, porém, de acordo com o Art. 25 de seu Estatuto Social <i>“Os membros efetivos do Comitê Executivo e os membros da Diretoria, farão jus a uma participação nos lucros da companhia no exercício social em relação ao qual for atribuído o dividendo obrigatório de que trata a letra “b” do Artigo 36, não podendo, entretanto, o total da participação de tais administradores ultrapassar a remuneração anual dos mesmos, nem 10% dos lucros, prevalecendo o limite que for menor.”</i> O Parágrafo Único do referido Artigo 25 dispõe que <i>“O Conselho de Administração poderá aprovar participação nos resultados adicional a prevista no “caput” deste Artigo, para os diretores estatutários não pertencentes ao grupo de controle, em exercícios onde o desempenho da companhia tenha superado as metas de lucro líquido”.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Um membro efetivo do Comitê Executivo é, também, membro do Conselho de Administração, porém, receberá remuneração apenas como membro do Comitê Executivo; • Um membro efetivo e um dos membros indicados do Comitê Executivo são também diretores estatutários, e recebem a remuneração apenas como Diretores; • os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, não recebem remuneração variável • Apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes do Plano, e o valor da ação em Bolsa na data de exercício da opção, é considerada como remuneração. Apenas os Diretores estatutários, não controladores, recebem opções em ações. 				

Remuneração Variável paga no exercício de 2014				
e) Órgão	Conselho de Administração	Comitê Executivo	Diretoria	Conselho Fiscal
f) Nº de membros	Oito		Três	Três
g) Bônus	Não se aplica			
h) Participação no resultado	Não se aplica			Não se aplica
iv. Valor mínimo previsto no plano de remuneração (*)				
v. <u>Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)</u>		R\$ 3.474,0 mil	R\$ 3.184,0 mil	
vi. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas (*)				
<p>Observações:</p> <p>(*) A companhia não possui um Plano de Remuneração para os membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Diretoria e Conselho Fiscal, porém, de acordo com o Art. 25 de seu Estatuto Social <i>“Os membros efetivos do Comitê Executivo e os membros da Diretoria, farão jus a uma participação nos lucros da companhia no exercício social em relação ao qual for atribuído o dividendo obrigatório de que trata a letra “b” do Artigo 36, não podendo, entretanto, o total da participação de tais administradores ultrapassar a remuneração anual dos mesmos, nem 10% dos lucros, prevalecendo o limite que for menor.”</i> O Parágrafo Único do referido Artigo 25 dispõe que <i>“O Conselho de Administração poderá aprovar participação nos resultados adicional a prevista no “caput” deste Artigo, para os diretores estatutários não pertencentes ao grupo de controle, em exercícios onde o desempenho da companhia tenha superado as metas de lucro líquido”.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Um membro efetivo do Comitê Executivo é, também, membro do Conselho de Administração, porém, receberá remuneração apenas como membro do Comitê Executivo; • Um membro efetivo e um dos membros indicados do Comitê Executivo são também diretores estatutários, e recebem a remuneração apenas como Diretores; • os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, não recebem remuneração variável • Apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes do Plano, e o valor da ação 				

em Bolsa na data de exercício da opção, é considerada como remuneração. Apenas os Diretores estatutários, não controladores, recebem opções em ações.

Remuneração Variável paga no exercício de 2013

a) Órgão	Conselho de Administração	Comitê Executivo	Diretoria	Conselho Fiscal
b) Nº de membros	Sete	Cinco	Quatro	Três
c) Bônus	Não se aplica			
d) Participação no resultado	Não se aplica			Não se aplica
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração (*)				
ii. <u>Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)</u>		R\$ 4.121,0 mil	R\$ 3.770,0 mil	
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas (*)				
iv. <u>Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício</u>		R\$ 3.835,0 mil	R\$ 3.406,0 mil	

Observações:

(*) A companhia não possui um Plano de Remuneração para os membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Diretoria e Conselho Fiscal, porém, de acordo com o Art. 25 de seu Estatuto Social "Os membros efetivos do Comitê Executivo e os membros da Diretoria, fazem jus a uma participação nos lucros da companhia no exercício social em relação ao qual for atribuído o dividendo obrigatório de que trata a letra "b" do Artigo 36, não podendo, entretanto, o total da participação de tais administradores ultrapassar a remuneração anual dos mesmos, nem 10% dos lucros, prevalecendo o limite que for menor." O Parágrafo Único do referido Artigo 25 dispõe que "O Conselho de Administração poderá aprovar participação nos resultados adicional a prevista no "caput" deste Artigo, para os diretores estatutários não pertencentes ao grupo de controle, em exercícios onde o desempenho da companhia tenha superado as metas de lucro líquido".

- Um membro efetivo do Comitê Executivo é, também, membro do Conselho de Administração, porém, recebe remuneração apenas como membro do Comitê Executivo;
- 1 (um) dos membros efetivos do Comitê Executivo (de um total de 3 membros efetivos), falecido em 27.08.2013, era também Diretor, e recebia parte de sua remuneração como membro do Comitê Executivo, e parte como Diretor;
- os 2 (dois) membros indicados do Comitê Executivo são também diretores estatutários, e recebem a remuneração apenas como Diretores;
- os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, não recebem remuneração variável
- Apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes do Plano, e o valor da ação em Bolsa na data de exercício da opção, é considerada como remuneração. Apenas os Diretores estatutários, não controladores, recebem opções em ações.
- A diferença entre o valor previsto e o efetivamente reconhecido, decorre do fato de um dos membros do Comitê Executivo e da Diretoria ter falecido em 27.08.2013

Remuneração Variável paga no exercício de 2012

a) Órgão	Conselho de Administração	Comitê Executivo	Diretoria	Conselho Fiscal
b) Nº de membros	8,5		4	3
c) Bônus	Não se aplica			

d) Participação no resultado	Não se aplica			Não se aplica
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração (*)				
ii. <u>Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)</u>		<u>R\$ 4.173,7 mil</u>	<u>R\$ 3.396,0 mil</u>	
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas (*)				
iv. <u>Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício</u>		<u>R\$ 4.173,7 mil</u>	<u>R\$ 3.396,0 mil</u>	

Observações:

(*) A companhia não possui um Plano de Remuneração para os membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Diretoria e Conselho Fiscal, porém, de acordo com o Art. 25 de seu Estatuto Social “*Os membros efetivos do Comitê Executivo e os membros da Diretoria, farão jus a uma participação nos lucros da companhia no exercício social em relação ao qual for atribuído o dividendo obrigatório de que trata a letra “b” do Artigo 36, não podendo, entretanto, o total da participação de tais administradores ultrapassar a remuneração anual dos mesmos, nem 10% dos lucros, prevalecendo o limite que for menor.*” O Parágrafo Único do referido Artigo 25 dispõe que “*O Conselho de Administração poderá aprovar participação nos resultados adicional a prevista no “caput” deste Artigo, para os diretores estatutários não pertencentes ao grupo de controle, em exercícios onde o desempenho da companhia tenha superado as metas de lucro líquido*”.

- Um membro efetivo do Comitê Executivo é, também, membro do Conselho de Administração, porém, recebe remuneração apenas como membro do Comitê Executivo;
- 1 (um) dos membros efetivos do Comitê Executivo (de um total de 3 membros efetivos), que também é Diretor, recebe parte de sua remuneração como membro do Comitê Executivo, e parte como Diretor;
- os 2 (dois) membros indicados do Comitê Executivo são também diretores estatutários, e recebem a remuneração apenas como Diretores;
- os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, não recebem remuneração variável
- Apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes do Plano, e o valor da ação em Bolsa na data de exercício da opção, é considerada como remuneração. Apenas os Diretores estatutários, não controladores, recebem opções em ações.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações da Diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

O Plano (Plano de Opções de Compra e/ou subscrição de Ações da companhia), que é o regulamento geral, prevê a possibilidade de serem aprovados dois tipos de programa: o Programa Anual e/ou o Programa Adicional. Num mesmo ano não haverá obrigatoriedade de serem criados ambos os Programas (Programa Anual e Programa Adicional), podendo ser criado apenas um ou outro, ou mesmo nenhum.

Apenas no Programa Anual de opções poderá ser considerada como remuneração a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes do Programa e o valor da ação em Bolsa na data de exercício da opção.

Dentre os administradores da Companhia, apenas os Diretores estatutários, não controladores, recebem opções em ações.

a.) Termos e condições gerais do Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações

O Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia (Plano de Opções), foi aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2005, alterado pela AGO/E de 23 de março de 2006 e pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas em 27.10.2006, 03.12.2007, 19.12.2012 e 27.06.2013, e abrange os Programas Anual e Adicional. É o próprio executivo, participante de um Programa Anual e/ou

Programa Adicional, quem desembolsa o valor necessário ao pagamento das ações que vier a adquirir em decorrência das opções recebidas, ao preço de exercício acordado no Programa Anual e/ou Programa Adicional de Opções (contrato que dá ao detentor da opção o direito mas não a obrigação de adquirir ações da Companhia no prazo e preço fixados no respectivo Plano/Programas). As ações são pagas à vista, em moeda corrente, na Data de Exercício respectiva. A participação no Plano de Opções não confere aos participantes garantia de emprego e/ou manutenção de contrato de prestação de serviços com a Companhia.

Os membros do Conselho de Administração não estão incluídos no Plano de Opções da Companhia. São considerados Participantes do Plano de Opções, além dos empregados executivos da companhia e de suas controladas, apenas os Diretores estatutários que não sejam controladores da Companhia. Atualmente, apenas três administradores (Diretores estatutários), fazem parte do Plano de Opções da companhia. Anualmente, o Conselho de Administração poderá aprovar (i) um Programa Anual de Opções, que será válido para os executivos e diretores estatutários não controladores, que tenham exercido suas atividades na ou para a Companhia antes de 31 de dezembro do ano em que for aprovado cada Programa Anual, e que continuem prestando serviços à Companhia na Data de Exercício, e (ii) um Programa Adicional de Opções, que será válido para os executivos e diretores estatutários não controladores, que estejam exercendo suas atividades na ou para a Companhia na data da outorga da opção.

A adesão ao Programa Anual se dá por meio da assinatura do participante no termo de adesão respectivo, por ocasião da compra ou subscrição das ações objeto de cada Programa Anual, ou seja, na Data de Exercício. A Data de Exercício em 2012, relativa ao Programa 2011, compreendeu o período entre os dias 28 de fevereiro de 2012 e 30 de março de 2012 e, no exercício de 2013, referente ao Programa 2012, a Data de Exercício compreendeu o período entre os dias 28 de fevereiro de 2013 e 28 de março de 2013. A data de exercício em 2014, referente ao Programa 2013, se deu no período de 28 de fevereiro e 31 de março de 2014 e, em 2015 será no período de 27 de fevereiro à 31 de março de 2015.

Já a adesão ao Programa Adicional se dará com a assinatura pelo participante do Termo de Outorga, na data da outorga da opção. No exercício de 2012 aconteceu o primeiro Programa Adicional, e as respectivas opções foram outorgadas no dia 19.12.2012.

As opções de compra e/ou subscrição não podem ser cedidas e/ou transferidas pelo Participante. Exercida a opção, às ações assim adquiridas e/ou subscritas serão assegurados todos os direitos pertinentes à espécie e classe respectiva, inclusive o de receber dividendos ou juros sobre o capital declarados após a Data de Exercício. Poderão, inclusive, as ações adquiridas dentro do Programa Anual, e mediante solicitação e justificção escrita do participante, serem parcial ou totalmente, transferidas para os herdeiros e/ou cônjuge/companheiro do participante, desde que as ações tenham sido efetivamente pagas, na sua totalidade, e desde que permaneçam indisponíveis, nos termos estabelecidos no Plano de Opções e respectivo Programa.

O exercício das opções de compra e/ou subscrição de ações com base no Plano de Opções tem por objeto ações preferenciais escriturais de emissão da Companhia e que estejam em tesouraria, adquiridas no mercado para esta finalidade, podendo, entretanto, a Companhia, emitir novas ações para esse fim, nos termos da legislação em vigor.

O Plano de Opções é administrado pela Área de Desenvolvimento Organizacional da companhia, e monitorado pelo Comitê de RH e Ética, sendo que os Programas Anual e/ou Adicional são aprovados pelo Conselho de Administração.

b.) Principais objetivos do Plano de Opções da Companhia:

- Alinhar os interesses dos Participantes e familiares e herdeiros dos Participantes aos dos acionistas;
- Incentivar o Participante a um compromisso com os resultados de curto, médio e longo prazo da Companhia;
- Motivar e reconhecer os executivos da Companhia;
- Estimular o sentimento de propriedade e comprometimento dos Participantes e familiares ou herdeiros dos mesmos;
- Atrair e, principalmente, reter talentos.

c.) Forma como o plano contribui para esses objetivos:

O fato do Participante ser proprietário de opções em ações e/ou de ações de emissão da Companhia, incentiva o Participante a um compromisso com os resultados de curto, médio e longo prazo da Companhia.

d.) Como o plano se insere na política de remuneração da companhia:

No Plano de Opções da companhia, apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes do Programa Anual, e o valor da ação em Bolsa na data de exercício da opção, é considerada como remuneração. Em 2012, a diferença entre o valor efetivamente pago pelos diretores estatutários não controladores pelas ações objeto das opções a eles outorgadas dentro do Plano Anual e o preço em bolsa dessas ações, não ultrapassou o percentual de 2,7% da remuneração total paga aos referidos diretores.

e.) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da companhia a curto, médio e longo prazo:

Com a aquisição de opções e/ou de ações, os executivos passam a ter o interesse na valorização das ações, nos dividendos e resultados da companhia. O executivo passa a pensar também como acionista.

f.) e g.) Número máximo de ações abrangidas e de opções a serem outorgadas:

Para cálculo do número de opções/ações que podem ser adquiridas pelos participantes de cada Programa Anual, vem sendo utilizado como parâmetro o valor correspondente a 1/3 do total da remuneração variável que tiver sido creditado ao Participante até a Data de Exercício.

Para o cálculo do número de opções que podem ser outorgadas aos participantes do Programa Adicional, considera-se o potencial de ganho futuro definido para cada participante. A partir disso efetua-se o cálculo da necessidade de opções do Programa, considerando a expectativa de valorização da ação no período (market cap) baseado no Planejamento Estratégico da companhia.

O limite de ações vinculadas ao Plano não poderá, a qualquer tempo, exceder a 5% (cinco por cento) do total das ações da mesma espécie emitidas pela Companhia.

h.) Condições de aquisição de ações:

Para que um Participante do Programa Anual de Opções receba a opção de adquirir ações da companhia, é necessário que tenha exercido suas atividades na ou para a Companhia antes de 31 de dezembro do ano em que for aprovado cada Programa Anual, e que continue prestando serviços à Companhia na Data de Exercício da opção.

E, para receber uma opção dentro do Programa Adicional de Opções, é necessário que esteja exercendo suas atividades na ou para a Companhia na data da outorga da respectiva opção, e que tais atividades sejam consideradas de alto nível de responsabilidade, impacto e importância para sustentabilidade dos resultados da Companhia. Caso o participante venha a ser desligado da companhia de forma voluntária, as opções não exercidas serão canceladas. Nos demais casos, poderá exercer as opções de forma proporcional ao tempo trabalhado dentro do período de carência.

i.) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

O preço de exercício das opções de compra ou subscrição de ações, a partir de 19.12.2012, é determinado pelo preço médio ponderado da cotação das ações nos últimos 60 (sessenta) pregões da BM&FBOVESPA, anteriores a data de assinatura do Termo de Outorga, para o Programa Adicional, e anteriores ao início do período para compra ou subscrição das ações no Programa Anual, utilizando-se para tanto a cotação média das ações em cada pregão. Até 19.12.2012, era utilizado o preço médio ponderado da cotação das ações nos últimos 30 (trinta) pregões. Além disso, o Conselho de Administração poderá conceder, para os Participantes do Programa Anual, um desconto de até 20% no preço da compra ou subscrição das ações, objetivando estimular os Participantes a exercerem as opções outorgadas. De qualquer forma, o preço final para aquisição ou subscrição das ações não poderá ser inferior a 80% do valor médio de Bolsa das ações no dia anterior ao da efetiva compra ou subscrição, nem superior ao preço de mercado na Data de Exercício. O valor das ações adquiridas em 2012, pelos participantes do Programa Anual 2011, foi de R\$6,75 por ação, e representou o preço médio ponderado da cotação das ações preferenciais de emissão da Companhia nos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA, anteriores a 28 de fevereiro de 2012, com um desconto de 17%. Para as opções outorgadas em janeiro de 2013, com base no Programa 2012, o valor da ação foi fixado em R\$11,05, sendo que o preço médio ponderado da cotação das ações

preferenciais de emissão da Companhia, nos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA, anteriores a 28.02.2013, foi de R\$13,00, tendo sido aplicado um desconto de 15%, nos termos do regulamento em vigor. Para as opções outorgadas em janeiro de 2014, com base no Programa 2013, o valor da ação foi fixado em R\$4,33 por ação, e representou o preço médio ponderado da cotação das ações preferenciais de emissão da Companhia, nos últimos 60 pregões da BM&FBovespa, anteriores a 28.02.2014, tendo sido aplicado um desconto de 15%, nos termos do regulamento. Já para os Participantes do Programa Adicional 2012, considerando que o preço médio ponderado da cotação das ações preferenciais de emissão da Companhia nos últimos 60 pregões, anteriores a 19.12.2012, foi de R\$12,23, este foi o preço fixado pelo Conselho de Administração para aquisição de cada ação, quando do exercício das opções respectivas.

j.) Critério para fixação do prazo de exercício:

Programa Anual: O prazo de exercício das opções foi fixado de forma a coincidir com o período em que os participantes recebem da companhia o valor da remuneração variável, de forma que eles tenham recursos para pagar a vista as ações adquiridas e/ou subscritas com base no Plano.

Programa Adicional: O critério utilizado são as práticas de mercado. O prazo de exercício vigorará após encerrar 3 anos de carência e, vencido o prazo de carência, o participante terá mais 2 anos para exercer ou não as opções outorgadas, conforme práticas de mercado que caracterizam os planos de opções.

k.) Forma de liquidação:

As ações adquiridas com base no Plano de Opções devem ser pagas a vista, na data do exercício da opção.

l.) Restrições a transferência das ações:

l.1) Programa Anual:

As ações compradas e/ou subscritas com base no Plano de Opções, dentro de um determinado exercício (Programa Anual), bem como aquelas que venham a ser acrescidas em razão de bonificações ou desdobramentos, ficarão indisponíveis até o dia 31 de dezembro do ano em que tiverem sido adquiridas. Após esse prazo inicial, o participante poderá dispor das ações nas seguintes proporções e prazos:

- a) 35% das ações compradas ou subscritas no âmbito de cada Programa Anual, desprezadas eventuais frações inferiores a uma ação, ficarão liberadas a partir do mês de Janeiro do ano seguinte ao da respectiva compra ou subscrição;*
- b) 35% das ações compradas ou subscritas no âmbito de cada Programa Anual, desprezadas eventuais frações inferiores a uma ação, ficarão liberadas a partir do mês de Janeiro do segundo ano após a respectiva compra ou subscrição; e*
- c) o saldo restante das ações compradas ou subscritas no âmbito de cada Programa Anual ficará liberado a partir do mês de Janeiro do terceiro ano após o da respectiva compra ou subscrição.*

As ações gravadas com a indisponibilidade acima prevista ficarão total e antecipadamente liberadas, se e quando ocorrer:

- invalidez ou falecimento do Participante;*
- desligamento do Participante por aposentadoria;*
- desligamento do Participante provocado pela Companhia.*

Nos casos em que o Participante venha a ser desligado da Companhia por solicitação do próprio Participante, bem como nos casos em que o Participante tenha transferido as ações a herdeiro e/ou cônjuge/companheiro, os prazos de indisponibilidade acima deverão ser cumpridos.

l.2) Programa Adicional: Considerando que as opções exercidas dentro de um Programa Adicional, só podem ser compradas e/ou subscritas após decorrido o prazo de carência, nos termos do Plano e Programa Adicional respectivo, após o exercício da opção o participante poderá dispor das ações livremente.

m.) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

A alteração, suspensão ou extinção do plano se dará por deliberação do Conselho de Administração nesse sentido.

n.) Efeitos da saída do administrador da Diretoria da companhia, sobre seus direitos previstos no plano de opções:

Programa Anual: Considerando que é condição, para ser participante de um Programa Anual, que o administrador esteja prestando serviços à companhia na data de exercício, e que as ações assim adquiridas são pagas a vista, na data de exercício, a única consequência que poderá afetar o participante que for desligado da companhia, e apenas se o desligamento for decorrente de solicitação do próprio participante, é que ele deverá observar os prazos de indisponibilidade das ações previstos no regulamento.

Programa Adicional: Nos casos de desligamento de um Participante do Programa Adicional, tanto por desligamento voluntário, desligamento por iniciativa da Companhia, aposentadoria, morte ou invalidez permanente, poderá o Participante (ou o beneficiário do Participante em caso de morte), desde que vencido o Prazo de Carência, exercer a totalidade das opções recebidas e ainda não exercidas, num prazo de até 90 dias após o desligamento.

Nos casos de opções que ainda se encontrem dentro do Prazo de Carência, deverão ser utilizados os seguintes critérios:

- Se o desligamento for voluntário, as opções serão canceladas;
- Se o desligamento se der por iniciativa da empresa, incluindo aposentadoria, o Participante poderá exercer as opções recebidas proporcionalmente ao tempo trabalhado dentro do Prazo de Carência, de acordo com a vigência deste Programa, e mediante assinatura de Termo de Não Competição;
- Se o desligamento de ser em razão de morte ou invalidez permanente, o Participante ou o beneficiário do Participante poderá exercer as opções recebidas proporcionalmente ao tempo trabalhado pelo Participante dentro do Prazo de Carência, de acordo com a vigência deste Programa.

Nos casos de morte e invalidez permanente, o exercício das opções será concedido ao Participante ou beneficiário do Participante declarado em termo específico.

Se o Participante, após receber as opções, tiver seu cargo ou função alterada para um cargo ou função não elegível, terá o direito de exercer as opções que já tiverem sido outorgadas, na proporção aos meses trabalhados na função elegível, observados os prazos e regras previstas no Plano e neste Programa Adicional.

Casos individuais poderão ocorrer, excepcionalmente, desde que analisados pelo Comitê de RH e Ética e aprovados pelo Conselho de Administração, não podendo, entretanto, em qualquer hipótese, serem alterados os Períodos de Carência dos Programas em vigor.

13.5. Informar a quantidade de ações emitidas pela Companhia e por controlada da companhia, detidas direta ou indiretamente, no Brasil e no exterior, por membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, na data de encerramento do último exercício social (31.12.2014):

	MARCOPOLO S.A.	MARCOPOLO TRADING S.A
COMITÊ EXECUTIVO (*)	223.932.732 ações ordin. Escriturais 6.777.386 ações prefer. Escriturais	91 ações ON
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	100 ações ordin. escriturais 1.000 ações prefer. escriturais	0
DIRETORIA	387.700 ações ordin. escriturais 2.275.599 ações prefer. escriturais	0
CONSELHO FISCAL	504.696 ações ordin. escriturais 758.760 ações prefer. escriturais	0

(*) Compõe o Comitê Executivo, para fins das informações apresentadas no Formulário de negociação de administradores e pessoas ligadas, os Controladores + Órgãos técnicos e consultivos

Um dos controladores, embora faça parte do Conselho de Administração, considerando que ele recebe sua remuneração apenas como membro do Comitê Executivo, suas ações estão consideradas no grupo Comitê Executivo.

13.6. Plano de Opções em ações da Diretoria Estatutária, reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais:

Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2014:

	PROGRAMA ANUAL	PROGRAMA ADICIONAL
Órgão Estatutário	Diretoria	Diretoria
Nr. de membros incluídos no Plano	03	03
Data da outorga da opção de compra de ações	06/01/2014	-0-
Quantidade de opções outorgadas	161.073	-0-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	De 28/02/2014 a 31/03/2014	-0-
Prazo máximo para exercício da opção	Até 31/03/2014	-0-
Opções exercidas/nº ações adquiridas	161.073	-0-
Data exercício das opções	28/02/2014	-0-
Prazo de restrição à transferência das ações	- 35% ficarão liberadas a partir de Jan/2015; - 35% ficarão liberadas a partir de Jan/2016; - 30% ficarão liberadas a partir de Jan/2017;	-0-
- Valor da opção exercida (preço de aquisição)	R\$ 4,33	-0-
- Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 53.154,09	-0-
Preço médio por ação das opções exercidas (*)	R\$ 4,33	-0-
Preço médio da ação em bolsa na data de exercício	R\$ 4,66	
Valor da ação na data da outorga da opção	R\$ 4,89	-0-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	Não se aplica	
<u>Observações:</u>		
(*) Todas as opções outorgadas com base no PROGRAMA ANUAL são exercidas, na sua totalidade, em um único dia (data de exercício), não restando opções em aberto, nem perdidas, nem expiradas		
Para fins do item 13.7 do Formulário de Referência, a Companhia informa que se encontram em aberto todas as opções outorgadas em 2012 com base no PROGRAMA ADICIONAL		
Em 2013 não foram outorgadas opções com base no PROGRAMA ADICIONAL.		

Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2013:

	PROGRAMA ANUAL	PROGRAMA ADICIONAL
Órgão Estatutário	Diretoria	Diretoria
Nr. de membros incluídos no Plano	03	03
Data da outorga da opção de compra de ações	07/01/2013	-0-
Quantidade de opções outorgadas	55.598	-0-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	De 28/02/2013 a 28/03/2013	-0-
Prazo máximo para exercício da opção	Até 28/03/2013	-0-
Data exercício das opções	28/03/2013	-0-

Prazo de restrição à transferência das ações	- 35% ficarão liberadas a partir de Jan/2014; - 35% ficarão liberadas a partir de Jan/2015; - 30% ficarão liberadas a partir de Jan/2016;	-0-
Opções exercidas/nº ações adquiridas	55.598	
Data exercício das opções	28/02/2013	
- Valor da opção exercida (preço de aquisição)	R\$ 11,05	-0-
- Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 104.524,24	-0-
Preço médio por ação das opções exercidas (*)	R\$ 11,05	-0-
Valor da ação na data da outorga da opção	R\$ 12,93	-0-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	Não se aplica	
Observações:		
(*) Todas as opções outorgadas com base no PROGRAMA ANUAL são exercidas, na sua totalidade, em um único dia (data de exercício), não restando opções em aberto, nem perdidas, nem expiradas		
Para fins do item 13.7 do Formulário de Referência, a Companhia informa que se encontram em aberto todas as opções outorgadas em 2012 com base no PROGRAMA ADICIONAL		
Em 2013 não foram outorgadas opções com base no PROGRAMA ADICIONAL.		

Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2012:

	PROGRAMA ANUAL	PROGRAMA ADICIONAL
Órgão Estatutário	Diretoria	Diretoria
Nr. de membros incluídos no Plano	03	03
Data da outorga da opção de compra de ações	23/01/2012	19/12/2012
Quantidade de opções outorgadas	74.069	865.535
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	De 28/02/2012 a 30/03/2012	3 anos de carência
Prazo máximo para exercício da opção	Até 30/03/2012	Até 2 anos após carência
Prazo de restrição à transferência das ações	- 35% ficarão liberadas a partir de Jan/2013; - 35% ficarão liberadas a partir de Jan/2014; - 30% ficarão liberadas a partir de Jan/2015;	Não se aplica
Opções exercidas/nº ações adquiridas	74.069	-0-
Data exercício das opções	30/03/2012	Ainda não exercida
- Valor da opção exercida (preço de aquisição)	R\$ 6,75	R\$ 12,23
- Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções	R\$ 191.838,71 (**)	Ainda não exercida

exercidas		
Preço médio por ação das opções exercidas (*)	R\$ 6,75	Ainda não exercida
Valor da ação na data da outorga da opção	R\$ 7,84	R\$ 12,23
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	Não se aplica	
Observações:		
(*) Todas as opções outorgadas com base no PROGRAMA ANUAL são exercidas, na sua totalidade, em um único dia (data de exercício), não restando opções em aberto, nem perdidas, nem expiradas.		
(**) Na data em que as opções foram exercidas, o preço médio de mercado de uma ação era R\$9,34		
Para fins do item 13.7 do Formulário de Referência, a Companhia informa que se encontram em aberto todas as opções outorgadas em 2012 com base no PROGRAMA ADICIONAL.		

Opções previstas aos Diretores estatutários em 2015:

	PROGRAMA ANUAL	PROGRAMA ADICIONAL
Órgão Estatutário	Diretoria	Diretoria
Nr. de membros incluídos no Plano	03	03
Data da outorga da opção de compra de ações	12/01/2015	-0-
Quantidade de opções outorgadas	323.303	-0-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	De 27/02/2015 a 31/03/2015	-0-
Prazo máximo para exercício da opção	Até 31/03/2015	-0-
Opções exercidas/nº ações adquiridas	323.303	-0-
Data exercício das opções	27/02/2015	-0-
Prazo de restrição à transferência das ações	- 35% ficarão liberadas a partir de Jan/2016; - 35% ficarão liberadas a partir de Jan/2017; - 30% ficarão liberadas a partir de Jan/2018;	-0-
- Valor da opção exercida (preço de aquisição)	R\$ 2,38	-0-
- Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 29.097,27	-0-
Preço médio por ação das opções exercidas	R\$ 2,38	-0-
Valor da ação na data da outorga	R\$ 2,47	-0-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	Não se aplica	
Observações:		
- Os membros do CA não recebem remuneração variável, apenas os Diretores estatutários não controladores		

- Em 2015 ainda não foram outorgadas opções com base no PROGRAMA ADICIONAL.

13.7. Opções em aberto no final do último exercício:

Opções em aberto no final do último exercício:

	PROGRAMA ADICIONAL
a. Órgão Estatutário	Diretoria
b. Nr. de membros incluídos no Plano	03
c. Em relação às opções ainda não exercíveis	
i. quantidade	1.731.070
ii. data em que se tornarão exercíveis	19/12/2015
iii. prazo máximo para exercício das opções	2 anos
iv. Prazo de restrição à transferência de ações	
v. Preço médio ponderado de exercício	R\$ 6,21
vi. Valor das opções no último dia do exercício social	R\$ 5,10
d. Em relação às opções exercíveis (*)	
i. Quantidade (*)	-o-
ii. prazo máximo para exercício das opções	2 anos a contar de 19/12/2015
iii. prazo de restrição à transferência das ações	Não há
iv. preço médio ponderado de exercício	R\$ 6,21
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 5,10 (**)
vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$ 8.828.457,00
Observações:	
(*) Nenhuma das opções em aberto são exercíveis	
(**) Valor de fechamento na Bolsa de Valores	

13.8. Em relação às opções exercidas nos 3 últimos exercícios sociais:

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2014

PROGRAMA ANUAL		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-o-	03
Em relação às opções exercidas		
Número de ações		161.073 ações
Preço médio ponderado de exercício		R\$ 4,33
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas		R\$ 53.154,09
Em relação às ações entregues		
Nº de ações entregues		161.073 ações
Preço médio ponderado de aquisição		R\$ 4,33
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas		R\$ 53.154,09

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2013

PROGRAMA ANUAL		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-o-	03
Em relação às opções exercidas		
Número de ações		55.598 ações
Preço médio ponderado de exercício		R\$ 11,05
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas		R\$ 104.524,24
Em relação às ações entregues		
Nº de ações entregues		55.598 ações
Preço médio ponderado de aquisição		R\$ 11,05
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas		R\$ 104.524,24

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2012

PROGRAMA ANUAL		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-o-	03
Em relação às opções exercidas		
Número de ações		74.069 ações
Preço médio ponderado de exercício		R\$ 6,75
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas		R\$ 191.838,71
Em relação às ações entregues		
Nº de ações entregues		74.069 ações
Preço médio ponderado de aquisição		R\$ 6,75
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas		R\$ 191.838,71

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

a) Método de precificação do valor das opções/ações:

Conforme especificado no item 13.4. i.) acima, o preço de exercício das opções de compra ou subscrição de ações, a partir de 19/12/2012, é determinado pelo preço médio ponderado da cotação das ações nos últimos 60 (sessenta) pregões da BM&FBOVESPA, anteriores a data de início do período para compra ou subscrição das ações objeto do Plano, para as opções outorgadas no Programa Anual, e anteriores a data de assinatura do termo de outorga, para as opções outorgadas no Programa Adicional, utilizando-se para tanto a cotação média das ações em cada pregão, podendo, o Conselho de Administração conceder um desconto de até 20% no preço da compra ou subscrição das ações objeto do Programa Anual, objetivando estimular os Participantes a exercerem as opções outorgadas. De qualquer forma, o preço final para aquisição ou subscrição das ações objeto do Programa Anual não poderá ser inferior a 80% do valor de Bolsa das ações no dia anterior ao da

efetiva compra ou subscrição, nem superior ao preço de mercado na Data de Exercício. Anteriormente a 19/12/2012, o preço de exercício das opções de compra ou subscrição de ações era determinado pelo preço médio ponderado da cotação das ações nos últimos 30 (trinta) pregões da BM&FBOVESPA, anteriores a data de início do período para compra ou subscrição de ações objeto de cada Programa Anual.

b) Dados e premissas utilizados:

PROGRAMA ANUAL:

- Preço da ação na data de exercício: R\$ 4,89
- Preço médio da ação na data de exercício: R\$ 4,66
- Preço de exercício: R\$ 4,33
- Volatilidade esperada: O volume de ações envolvidas no Plano de Opções é muito pequeno, razão pela qual não se espera volatilidade;
- Prazo da opção: .28/02/2014 a 31/03/2014
- Dividendos esperados: Nos termos do estatuto, no mínimo 25% do lucro remanescente, após as deduções legalmente previstas
- Taxa de juros livre de risco: Não se aplica

PROGRAMA ADICIONAL:

- Preço médio por ação das opções exercidas em 2012: Opções outorgadas em 19/12/2012 mas ainda não exercidas: R\$12,23
 - Preço para exercício: R\$ 12,23
 - Volatilidade esperada: O volume de ações envolvidas no Plano de Opções é muito pequeno, razão pela qual não se espera volatilidade;
 - Prazo da opção: 2 anos após 19/12/2015
 - Dividendos esperados: Nos termos do estatuto, no mínimo 25% do lucro remanescente, após as deduções legalmente previstas
 - Taxa de juros livre de risco: Não se aplica
- c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado: Não se aplica
- d) Forma de determinação da volatilidade esperada: Não se aplica
- e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo: Não e aplica

Outras informações:

- O Regulamento do Plano de Opções da companhia não permite o exercício antecipado das opções;
- O volume de ações envolvidas no Plano de Opções é muito pequeno, razão pela qual não se espera volatilidade.

13.10. Tabela relativa aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores estatutários:

Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos administradores, informamos que, em 2014, apenas dois Diretores estatutários e um dos membros do Comitê Executivo eram participantes do Plano de Aposentadoria da MARCOPREV – Sociedade de Previdência Privada, patrocinado pela Companhia, sendo que dois ainda não reúnem as condições para se aposentarem, e um Diretor passou a ser assistido em abril de 2014. Atualmente, apenas um Diretor estatutário e um membro do Comitê Executivo são participantes, sem terem as condições de se aposentarem.

Órgão	Diretoria	Comitê Executivo
Número de membros	Dois	Um
Nome do Plano	Marcoprev	Marcoprev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Dois	Um
Condições para se aposentar antecipadamente	mínimo de 55 anos de idade, 15 anos de vínculo com a Patrocinadora (Marcopolo), e estar aposentado pela previdência oficial.	
Valor atualizado das contribuições acumuladas no PLANO CD – Plano de contribuição definida até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 634.637,68	R\$ 135.572,62
Valor total acumulado das contribuições realizadas no PLANO CD - Plano de contribuição definida durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 35.099,85	R\$ 35.099,85
Valor total acumulado das contribuições realizadas no PLANO BD - Plano de benefício definido, durante o último exercício social	R\$ 65.556,20	R\$ 60.793,20
Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	só é possível o resgate antecipado das contribuições realizadas diretamente pelo Participante e apenas quando o Participante se desligar da Patrocinadora.	

13.11. Tabela contendo o valor maior, menor e médio da remuneração individual do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Diretoria e Conselho Fiscal:

Remuneração dos administradores nos 3 últimos exercícios sociais:

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Nº de membros	8	8,7	8,5

Valor da maior remuneração (Reais)	4.060.933,92	4.060.763,28	5.099.903,57
Valor da menor remuneração (Reais)	365.000,00	325.000,00	355.044,96
Valor médio da remuneração (Reais)	1.189.907,86	1.152.537,24	1.368.347,44
Observações:	Na remuneração do CA está incluída a remuneração dos membros do Comitê Executivo (CE), num total de dois, sendo que apenas um deles é membro do CA, mas recebe sua remuneração exclusivamente como membro do Comitê Exec.	Na remuneração do CA está incluída a remuneração dos membros do Comitê Executivo (CE), num total de três, sendo que apenas um deles é membro do CA, mas recebe sua remuneração exclusivamente como membro do Comitê Exec.	Na remuneração do CA está incluída a remuneração dos membros do Comitê Executivo (CE), num total de três, sendo que apenas um deles é membro do CA, porém, recebe sua remuneração exclusivamente como membro do CE No valor da menor remuneração, não foi considerada a remuneração dos conselheiros que exerceram mandato por prazo inferior a 12 meses, ou seja, foi considerada a remuneração de apenas 4 membros

	DIRETORIA		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Nº de membros	3,0	3,7	4,0
Valor da maior remuneração (Reais)	3.295.887,03	2.982.618,27	2.911.565,53
Valor da menor remuneração (Reais)	1.616.155,80	1.497.206,73	1.751.844,70
Valor médio da remuneração (Reais)	2.264.621,22	1.979.408,97	2.021.114,60
Observações		Um dos Diretores faleceu em 27.08.13, razão pela qual sua remuneração não foi considerada no valor da menor remuneração	

	CONSELHO FISCAL		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Nº de membros	3,0	3,0	3,0
Valor da maior remuneração (Reais)	211.000,00	195.000,00	201.600,00
Valor da menor remuneração (Reais)	168.000,00	156.000,00	169.200,00
Valor médio da remuneração (Reais)	182.333,33	169.000,00	180.000,00

Observações		Na remuneração do CF não foi considerada a remuneração de um dos conselheiros, que exerceu mandato por prazo inferior a 12 meses (a eleição é anual, tendo um dos conselheiros exercido mandato por 3 meses e seu substituto pelos 9 meses seguintes	Na remuneração do CF não foi considerada a remuneração de um dos conselheiros, que exerceu mandato por prazo inferior a 12 meses (a eleição é anual, tendo um dos conselheiros exercido mandato por 3 meses e seu substituto pelos 9 meses seguintes
-------------	--	--	--

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não existem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

- *Do total da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração e Comitê Executivo, em 2014, 38,18% corresponde a remuneração de Mauro Gilberto Bellini (conselheiro e membro efetivo do Comitê Executivo), e Luciano Moisés Bado (conselheiro), considerados partes relacionadas aos controladores (conselheiro filho de controlador e conselheiro genro de controlador, respectivamente). Do total pago pela companhia aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, não há percentual algum que se refira a parte relacionada.*
- *Do total da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração e Comitê Executivo, em 2013, 32,48% corresponde a remuneração de Mauro Gilberto Bellini (conselheiro e membro efetivo do Comitê Executivo), e Luciano Moisés Bado (conselheiro), considerados partes relacionadas aos controladores (conselheiro filho de controlador e conselheiro genro de controlador, respectivamente). Do total pago pela companhia aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, não há percentual algum que se refira a parte relacionada.*
- *Do total da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração e Comitê Executivo, em 2012, 25,1% corresponde a remuneração de Mauro Gilberto Bellini (conselheiro e membro efetivo do Comitê Executivo), e Luciano Moisés Bado (conselheiro), considerados partes relacionadas aos controladores (conselheiro filho de controlador e conselheiro genro de controlador, respectivamente). Do total pago pela companhia aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, não há percentual algum que se refira a parte relacionada.*

13.14. Em relação aos exercícios de 2012, 2013 e 2014, indicar os valores reconhecidos no resultado da companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Em 2014:

Nenhum valor foi pago pela companhia em 2014 aos membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Conselho Fiscal e Diretoria, que não tenham sido em razão da função que ocupam.

Em 2013:

Nenhum valor foi pago pela companhia em 2013 aos membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Conselho Fiscal e Diretoria, que não tenham sido em razão da função que ocupam.

Em 2012:

Nenhum valor foi pago pela companhia em 2012 aos membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Conselho Fiscal e Diretoria, que não tenham sido em razão da função que ocupam.

Nenhum valor foi pago, nos 3 últimos exercícios sociais, aos membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Conselho Fiscal e Diretoria, a título de comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

13.15. Em relação aos exercícios de 2012, 2013 e 2014, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal da companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Em 2014:

Em 2014, não foram pagos honorários por controladores, diretos ou indiretos, por sociedade sob controle comum e/ou por controladas da companhia, a membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Conselho Fiscal e Diretoria.

Em 2013:

Em 2013, não foram pagos honorários por controladores, diretos ou indiretos, por sociedade sob controle comum e/ou por controladas da companhia, a membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Conselho Fiscal e Diretoria.

Em 2012:

Em 2012, não foram pagos honorários por controladores, diretos ou indiretos, por sociedade sob controle comum e/ou por controladas da companhia, a membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Conselho Fiscal e Diretoria.

Nenhum valor foi pago nos 3 últimos exercícios sociais, aos membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Conselho Fiscal e Diretoria, por controladores, diretos ou indiretos, por sociedade sob controle comum e/ou por controladas da companhia.

13.16. Outras informações que a companhia julga relevantes:

Observações Ano 2014:

- 1 (um) dos membros do Conselho de Administração não recebe remuneração como membro do Conselho, ou seja, 1 (um) deles recebe a totalidade de sua remuneração como membro efetivo do Comitê Executivo
- 1 (um) dos membros efetivos e 1 (um) dos membros indicados do Comitê Executivo são também Diretores da companhia, e recebem remuneração apenas na qualidade de Diretores, não recebendo remuneração como membros do Comitê Executivo.
- Apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes do Plano, e o valor da ação em Bolsa na data de exercício da opção, é considerada como remuneração. Apenas os Diretores estatutários, não controladores, recebem opções em ações.

Observações Ano 2013:

- 1 (um) dos membros do Conselho de Administração não recebe remuneração como membro do Conselho, ou seja, 1 (um) deles recebe a totalidade de sua remuneração como membro efetivo do Comitê Executivo
- 1 (um) dos Diretores (falecido em 27.08.2013), recebia parte da remuneração como membro da Diretoria e parte como membro efetivo do Comitê Executivo
- 2 (dois) dos membros do Comitê Executivo (membros indicados), são também Diretores da companhia, e recebem remuneração apenas na qualidade de Diretores, não recebendo remuneração como membros do Comitê Executivo.
- Apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes do Plano, e o valor da ação em Bolsa na data de exercício da opção, é considerada como remuneração. Apenas os Diretores estatutários, não controladores, recebem opções em ações.

Observações Ano 2012:

- 1 (um) dos membros do Conselho de Administração não recebe remuneração como membro do Conselho, ou seja, 1 (um) deles recebe a totalidade de sua remuneração como membro efetivo do Comitê Executivo
- 1 (um) dos Diretores recebe parte da remuneração como membro da Diretoria e parte como membro efetivo do Comitê Executivo
- 2 (dois) dos membros do Comitê Executivo (membros indicados), são também Diretores da companhia, e recebem remuneração apenas na qualidade de Diretores, não recebendo remuneração como membros do Comitê Executivo.
- Apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes do Plano, e o valor da ação em Bolsa na data de exercício da opção, é considerada como remuneração. Apenas os Diretores estatutários, não controladores, recebem opções em ações.

Caxias do Sul, RS, 24 de fevereiro de 2015

Mauro Gilberto Bellini
Presidente do Conselho de Administração

Carlos Zignani
Secretário

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES (Item II da Ordem do Dia)

A administração da Companhia propõe aos acionistas que, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária convocada para o dia 26 de março de 2015, seja aprovado um Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas, em substituição ao Programa Adicional de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de ações, aprovado em 19.12.2012. Até o momento, apenas um Programa Adicional foi aprovado dentro do Plano de Outorga de Opção de Compra e/ou Subscrição de Ações, o que ocorreu em 19.12.2012, sendo que as opções decorrentes desse Programa ainda não foram exercidas, pois o prazo de exercício inicia em 19.12.2015. Agora, propõe a administração que o referido Programa Adicional de Opções seja substituído por um Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas, nos termos a seguir:

Para facilitar o entendimento e em atendimento as normas regulamentares da CVM, abaixo as informações do Plano proposto, nos termos exigidos pelo Artigo 13 da Instrução CVM 481/09 (Itens 13.4. e 13.6 do Formulário de Referência), bem como minuta do Regulamento do novo Plano:

13.4. PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO COM AÇÕES RESTRITAS E/OU AÇÕES CONDICIONADAS A RESULTADOS

a. Termos e condições gerais do Plano de Ações Restritas e/ou Ações Condicionadas a Resultados

Para que os Participantes adquiram direitos às Ações Restritas pelos Participantes, deverão cumprir algumas condições a serem estabelecidas pelo Conselho de Administração. Tais condições e suas respectivas regras de apuração deverão ser explicitadas nos Programas Anuais de Ações Restritas e nos seus Termos de Outorga individuais. As restrições consistirão basicamente na manutenção do vínculo do Participante e/ou no alcance de objetivos e metas alinhadas aos interesses dos Acionistas.

A apuração e concessão dos direitos as Ações Restritas se dará ao final do período de vesting de cada Programa Anual de Ações Restritas, que poderá ser de no mínimo 2 anos e no máximo 5 anos. Os resultados serão apurados, auditados e submetidos a validação do Conselho de Administração.

Enquanto os direitos as Ações Restritas não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições que forem estabelecidos, o Participante não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as Ações Restritas.

Os Participantes não terão quaisquer direitos ou privilégios de acionistas da Companhia, bem como nenhuma ação será entregue aos Participantes antes de decorrido o Prazo de Carência e até que sejam cumpridas todas as exigências e normas do Regulamento e dos respectivos Programas. Às ações adquiridas serão assegurados todos os direitos pertinentes à sua espécie e classe, inclusive o de recebimento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, declarados após a data de aquisição dos direitos sobre as ações restritas.

O Plano e os Programas Anuais serão administrados pelo Conselho de Administração, com a assessoria do Comitê de RH e Ética e Diretoria de RH/DO. Obedecidas as condições gerais do Regulamento do Plano e as diretrizes fixadas pela

Assembleia Geral da Companhia, o Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração dos Programas Anuais, incluindo:

- *a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Ações Restritas, nos termos do Programa Anual, e a solução de dúvidas de interpretação dos respectivos termos;*
- *a eleição dos Participantes e a autorização para outorgar Ações Restritas em seu favor, estabelecendo todas as condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente;*
- *a autorização para alienação de Ações em tesouraria para satisfazer a outorga das Ações Restritas nos termos do Plano; e*
- *suspender e/ou recomendar outro modelo de Incentivo de Longo Prazo a qualquer momento.*

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e no Regulamento em questão, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

Participantes e Nível de Premiação

Considerando-se que os Participantes poderão se tornar acionistas da Companhia, a definição de quais Colaboradores da Companhia e de suas controladas, e quais Diretores estatutários não controladores da Companhia serão Participantes deste Plano, assim como da quantidade de Ações Restritas a que cada um terá direito, será feita livremente pelo Conselho de Administração, por indicação do CEO e do Comitê de RH e Ética, em função da importância e essencialidade da função, a potencialidade do Participante, o envolvimento em projetos estratégicos e o valor agregado que este oferece à Companhia, com base na estratégia de remuneração e no respectivo pacote de remuneração definido a partir de comparações com o mercado.

Não haverá a necessidade de se atribuir a condição de Participante a todas as categorias ou mesmo a todos os integrantes de uma mesma categoria, podendo-se, outrossim, em relação a dois ou mais Participantes de uma mesma categoria atribuir-se diferentes níveis de outorga.

Ações Sujeitas ao Plano

Para os fins do presente Plano serão outorgadas aos Participantes ações preferenciais escriturais (PNs), podendo a Companhia, a critério do Conselho de Administração, utilizar ações mantidas em tesouraria ou emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado. Preferencialmente, as ações destinadas ao custeio dos Programas Anuais terão sua origem em recompra no mercado.

Outorga das Ações Restritas

A outorga de Ações Restritas nos termos do Plano e do Programa Anual do respectivo exercício, será realizada mediante a celebração de Termos de Outorga entre a Companhia e os Participantes, os quais deverão especificar a quantidade de Ações Restritas objeto da outorga e os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas. Os Termos de Outorga serão celebrados individualmente, podendo o Conselho de Administração, estabelecer termos e condições diferenciados para cada Participante, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Participantes, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

b. Principais objetivos do Plano de Opções da Companhia:

O Plano tem por objetivo outorgar Ações Restritas aos Participantes, com vistas a:

- *Compor o pacote de remuneração dos principais executivos, mantendo a competitividade com o mercado, visando atrair e reter os melhores profissionais;*
- *Alinhar os interesses dos executivos e Acionistas;*
- *Estimular a melhoria dos produtos, processos e serviços, ampliando a visão para o longo prazo, de forma empreendedora e sustentável;*

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos:

O fato do Participante ser proprietário de opções em ações e/ou de ações de emissão da Companhia, incentiva o Participante a um compromisso com os resultados de curto, médio e longo prazo da Companhia.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da companhia:

A Política de Remuneração da Companhia esta estruturada em Remuneração Fixa, Incentivos de Curto Prazo e Incentivos de Longo Prazo. O Plano de Ações Restritas é um dos elementos que compõem os Incentivos de Longo Prazo.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da companhia a curto, médio e longo prazo:

Com a aquisição de opções e/ou de ações, os executivos passam a ter o interesse na valorização das ações, nos dividendos e resultados da companhia. O executivo passa a pensar também como acionista.

f. e g.) Número máximo de ações abrangidas e de opções a serem outorgadas:

Para efeito de outorga será necessário realizar o cálculo da quantidade de ações restritas a serem destinadas para cada participante, tendo como base o nível de premiação (target) estipulado, conforme fórmula abaixo:

$$\text{Outorga} = \frac{\text{Salário Atual} \times \text{Nível Premiação Target (Nº Salários)}}{\text{Preço Médio das Ações dos 60 pregões anteriores a outorga}}$$

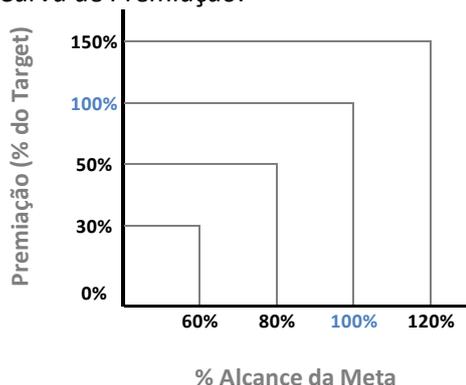
h. Condições de aquisição de ações:

As restrições consistirão basicamente na manutenção do vínculo do Participante e/ou no alcance de objetivos e metas alinhadas aos interesses dos Acionistas.

Em caso de vinculação de meta como condicionante para liberação das ações ao final do período de vesting, deverão o Programa Anual e os Termos de Outorga explicitar os indicadores, métricas e o respectivo peso de cada meta. Em geral as metas terão como base os orçamentos anuais e sua apuração se dará pela média dos resultados, auferidos e auditados, do período de vigência do respectivo Programa.

De acordo com o nível de alcance de cada meta o Nível de Premiação poderá variar, sendo que em caso de superação de metas, a premiação poderá ser alavancada até o limite de 150%, conforme Curva de Premiação abaixo:

Curva de Premiação:



i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

O preço da ação para efeito de cálculo de outorga será determinado pela média ponderada da cotação dos 60 (sessenta) pregões da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, anteriores a data de outorga, utilizando-se para tanto a cotação média das ações em cada pregão.

A quantidade de ações restritas em cada Programa Anual não sofrerá qualquer atualização, mantendo-se fixo desde a data da assinatura do Termo de Outorga, até a data da efetiva transferência das ações aos Participantes, desde que atendidas as condições em questão.

j. Critério para fixação do prazo de exercício:

O prazo de carência (vesting) será definido em cada Programa Anual, mediante contexto e validação do Conselho de Administração, prazo este que deverá ser de no mínimo 2 anos e no máximo 5 anos.

k. Forma de liquidação

Ao final do prazo de carência (vesting) as Ações Restritas são transferidas ao Participante sem nenhum ônus, desde que todas as condições e restrições estabelecidas tenham sido atendidas.

l. Restrições a transferência das ações:

Os Participantes não terão quaisquer direitos ou privilégios de acionistas da Companhia, bem como nenhuma ação será entregue aos Participantes antes de decorrido o Prazo de Carência e até que sejam cumpridas todas as exigências e normas do Regulamento e dos respectivos Programas. Da mesma forma, enquanto as Ações não forem efetivamente transferidas aos Participantes, após cumpridas todas as condições, as Ações Restritas não poderão ser empenhadas, vendidas, cedidas, alienadas ou transferidas, direta ou indiretamente.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

Compete à Assembleia Geral Extraordinária aprovar e, portanto, alterar, suspender ou extinguir o Plano. Dentre as causas que podem gerar a alteração ou extinção do Plano, está a ocorrência de fatores que causem grave mudança no panorama econômico e que comprometam a situação financeira da Companhia.

n. Efeitos da saída do administrador da Diretoria da companhia, sobre seus direitos previstos no plano de opções:

Em caso de desligamento do Participante, as Ações Restritas, dentro do período de vesting, seguirão as definições abaixo, mediante a forma de desvinculação:

(a) Desligamento por Iniciativa da Companhia, aposentadoria definitiva, morte ou invalidez: as ações restritas serão disponibilizadas em até 90 dias, proporcionalmente ao tempo trabalhado dentro do Prazo de Carência (vesting), de acordo com a vigência de cada Programa.

(b) Desligamento voluntário (Pedido de Demissão): todas as Ações Restritas serão canceladas.

(c) Nos casos de morte e invalidez permanente: as Ações Restritas serão disponibilizadas, proporcionalmente ao tempo trabalhado dentro do Prazo de Carência (vesting), de acordo com a vigência de cada Programa, ao(s) beneficiário(s) do Participante declarado em termo específico.

Situações excepcionais serão analisadas pelo Comitê de RH e Ética e submetidas a validação do Conselho de Administração.

13.6 Plano de Ações Restritas da Diretoria Estatutária, propostas para 2014 e 2015:

	Ações Restritas 2014	Ações Restritas por Resultados 2015
Órgão Estatutário	Diretoria	Diretoria

Nr. de membros incluídos no Plano	03	03
Data da outorga das ações restritas	Após aprovação em AGO/E de Março 2015	Após aprovação em AGO/E de Março 2015
Quantidade de Ações outorgadas	A definir	A definir
Prazo para que as Ações Restritas sejam liberadas	2 anos	3 anos
Prazo máximo para exercício da opção	NA	NA
Opções exercidas/nº ações adquiridas	-	-
Data Liberação das Ações	2017	2018
Prazo de restrição à transferência das ações	2 Anos	3 anos
- Valor da opção exercida (preço de aquisição)	NA	NA
Preço médio por ação das opções exercidas	NA	NA
Preço médio da ação em bolsa na data de exercício	NA	NA
Valor da ação na data da outorga da opção	NA	NA
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	NA	NA
Observações: Por se tratar de um Plano de Ações Restritas e/ou Condicionadas a Resultados, alguns dos campos acima não se aplicam.		

MINUTA do REGULAMENTO do PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO COM AÇÕES RESTRITAS

O presente Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas é regido pelas disposições abaixo, bem como pela Legislação Vigente.

1. Definições

As expressões abaixo, quando usadas aqui com iniciais em maiúsculo, terão os significados a elas atribuídos a seguir, salvo se expressamente previsto em contrário:

Acionistas: as pessoas físicas ou jurídicas que possuem ações da Companhia;

Ações Restritas: as ações preferenciais escriturais que já foram ou serão emitidas pela Companhia, bem como as ações preferenciais escriturais que se encontrem em tesouraria e forem outorgadas aos Participantes, sujeitas a restrições para liberação nos termos do Plano e dos respectivos Programas Anuais;

Administradores: Os Conselheiros de Administração e os Diretores estatutários;

Companhia: A empresa MARCOPOLO S.A.;

Controlada: Todas as empresas cujo capital social é ou venha a ser controlado, direta ou indiretamente, pela Companhia;

Participante: Todo aquele a quem for outorgada Ações Restritas nas condições do Regulamento e respectivos programas anuais, após ter assinado o termo de outorga;

Plano: O presente regulamento de Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas;

Prazo/Período de Carência (vesting): Período definido nos programas anuais, que poderá ser de 2 a 5 anos, em que as Ações permanecem restritas e/ou condicionadas ao alcance de resultados. O período é iniciado com a assinatura do Termo de Outorga;

Programa Anual de Ações Restritas: Representa as condições e detalhamento dos demais termos que, com base no Regulamento do Plano, forem aprovadas pelo Conselho de Administração para um determinado ano de vigência;

Termo de Outorga: Documento particular firmado entre a Companhia e o Participante, e pelo qual são outorgadas Ações Restritas aos Participantes.

2. Objetivos do Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas

O Plano tem por objetivo outorgar Ações Restritas aos Participantes, com vistas a:

- (a) Compor o pacote de remuneração dos principais Executivos, mantendo a competitividade com o mercado, visando atrair e reter os melhores profissionais;
- (b) Alinhar os interesses dos executivos e Acionistas;
- (c) Estimular a melhoria dos produtos, processos e serviços, ampliando a visão para o longo prazo, de forma empreendedora e sustentável;

3. Administração do Plano e Programas Anuais de Ações Restritas

3.1 O Plano e os Programas Anuais de Ações Restritas serão administrados pelo Conselho de Administração, com a assessoria do Comitê de RH e Ética e Diretoria de RH/DO.

3.2 Obedecidas as condições gerais do Regulamento do Plano de Ações Restritas e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia, o Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração dos Programas Anuais de Ações Restritas, incluindo:

- (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Ações Restritas, nos termos do Programa Anual de Ações Restritas, e a solução de dúvidas de interpretação dos respectivos termos;
- (b) a eleição dos Participantes e a autorização para outorgar Ações Restritas em seu favor, estabelecendo todas as condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente;
- (c) a autorização para alienação de Ações em tesouraria para satisfazer a outorga das Ações Restritas nos termos do Plano; e
- (d) suspender e/ou recomendar outro modelo de incentivo de longo prazo a qualquer momento.

3.3 No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e no Regulamento em questão, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os

administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

4. Participantes e Nível de Premiação

- 4.1 Considerando-se que os Participantes poderão se tornar acionistas da Companhia, a definição de quais colaboradores da Companhia e de suas controladas, e quais Diretores estatutários não controladores da Companhia serão Participantes deste Plano, assim como da quantidade de Ações Restritas a que cada um terá direito, será feita livremente pelo Conselho de Administração, por indicação do CEO e do Comitê de RH e Ética, em função da importância e essencialidade da função, a potencialidade do Participante, o envolvimento em projetos estratégicos e o valor agregado que este oferece à Companhia, com base na estratégia de remuneração e no respectivo pacote de remuneração definido a partir de comparações com o mercado.
- 4.2 Não haverá a necessidade de se atribuir a condição de Participante a todas as categorias ou mesmo a todos os integrantes de uma mesma categoria, podendo-se, outrossim, em relação a dois ou mais Participantes de uma mesma categoria atribuir-se diferentes níveis de outorga.
- 4.3 Nos casos de admissões e/ou promoções a posições elegíveis ao Plano, serão outorgadas ações restritas na proporção de 1/12, conforme a quantidade de meses trabalhados no respectivo ano de vigência do Plano. Como por exemplo, se a admissão/promoção ocorrer no mês de Junho, o mesmo teria direito a 50% das ações restritas outorgadas no respectivo Programa Anual de Ações Restritas daquele exercício.

5. Ações Sujeitas ao Plano

- 5.1 Para os fins do presente Plano serão outorgadas aos Participantes ações preferenciais escriturais (PNs), podendo a Companhia, a critério do Conselho de Administração, utilizar ações mantidas em tesouraria ou emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado. Preferencialmente, as ações destinadas ao custeio dos Programas Anuais terão sua origem em recompra no mercado, estando sujeitas a lei e regulamentação contábil e fiscal em vigor.
- 5.2. Nos termos do disposto no artigo 171, § 3º, da Lei das S.A., os Acionistas da Companhia não terão direito de preferência na outorga de ações decorrentes deste Plano.

6. Outorga das Ações Restritas

- 6.1 A outorga de Ações Restritas nos termos do Plano e do Programa Anual de Ações Restritas do respectivo exercício, é realizada mediante a celebração de Termos de Outorga entre a Companhia e os Participantes, os quais deverão especificar a quantidade de Ações Restritas objeto da outorga e os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas.
- 6.2 Os Termos de Outorga serão celebrados individualmente, podendo o Conselho de Administração estabelecer termos e condições diferenciados para cada Participante, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Participantes, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

7. Cálculo da Outorga

7.1 Para efeito de outorga será necessário realizar o cálculo da quantidade de ações restritas a serem **destinadas para cada participante, tendo como base o nível de premiação (target) estipulado, conforme fórmula abaixo:**

$$\text{Outorga} = \frac{\text{Salário Atual} \times \text{Nível Premiação Target (Nº Salários)}}{\text{Preço Médio das Ações dos 60 pregões anteriores a outorga}}$$

7.2 O preço da ação para efeito de cálculo de outorga será determinado pela média ponderada da cotação das Ações nos 60 (sessenta) pregões da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, anteriores a data de outorga, utilizando-se para tanto a cotação média das ações em cada pregão.

7.3 A quantidade de ações restritas em cada Programa Anual de Ações Restritas não sofrerá qualquer atualização, mantendo-se fixo desde a data da assinatura do Termo de Outorga, até a data da efetiva transferência das ações aos Participantes, desde que atendidas as condições em questão.

8. Restrições para Aquisição de Direitos as Ações Restritas

8.1 O Conselho de Administração deverá estabelecer as condições aos Participantes para aquisição de direitos das Ações Restritas. Tais condições e suas respectivas regras de apuração deverão ser explicitadas nos Programas Anuais de Ações Restritas e nos Termos de Outorga Individuais.

8.2 As restrições consistirão basicamente na manutenção do vínculo do Participante e/ou no alcance de objetivos e metas alinhadas aos interesses dos Acionistas.

8.3 A apuração e concessão dos direitos as Ações Restritas se dará ao final do Período de Carência (*vesting*) de cada Programa Anual de Ações Restritas, que poderá ser de no mínimo 2 anos e no máximo 5 anos. Os resultados serão apurados, auditados e submetidos a validação do Conselho de Administração.

8.4 Enquanto os direitos as Ações Restritas não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidas, o Participante não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as Ações Restritas.

8.5 Às ações adquiridas serão assegurados todos os direitos pertinentes à sua espécie e classe, inclusive o de recebimento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, declarados após a data de aquisição dos direitos sobre as ações restritas.

8.6 Os Participantes não terão quaisquer direitos ou privilégios de acionistas da Companhia, bem como nenhuma ação será entregue aos Participantes antes de decorrido o Prazo de Carência (*vesting*) e até que sejam cumpridas todas as exigências e normas do Plano e dos respectivos Programas Anuais de Ações Restritas.

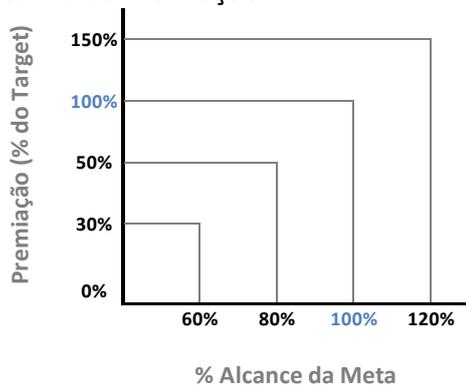
9. Objetivos, Metas e Curva de Premiação

9.1 Em caso de vinculação de meta como condicionante para liberação das ações ao final do Período de Carência (*vesting*), deverão o Programa Anual de Ações Restritas e os Termos de Outorga explicitar os indicadores, métricas e o respectivo peso de cada meta.

9.2 Em geral as metas terão como base os orçamentos anuais e sua apuração se dará pela média dos resultados, auferidos e auditados, do período de vigência do respectivo Programa Anual de Ações Restritas.

9.3 De acordo com o nível de alcance de cada meta o nível de premiação poderá variar, sendo que em caso de superação de metas, a premiação poderá ser alavancada até o limite de 150%, conforme Curva de Premiação abaixo:

Curva de Premiação:



10. Hipóteses de Desligamento da Companhia e seus Efeitos

10.1 Em caso de desligamento do Participante, as Ações Restritas dentro do Período de Carência (*vesting*) seguirão as definições abaixo, mediante a forma de desvinculação:

(a) Desligamento por Iniciativa da Companhia, Aposentadoria Definitiva, Morte ou Invalidez: as ações restritas serão disponibilizadas ao Participante em até 90 dias, proporcionalmente ao tempo trabalhado dentro do Prazo de Carência (*vesting*), de acordo com a vigência de cada Programa Anual de Ações Restritas.

(b) Desligamento Voluntário (Pedido de Demissão): todas as Ações Restritas serão canceladas.

(c) Nos casos de morte e invalidez permanente: as Ações Restritas serão disponibilizadas, proporcionalmente ao tempo trabalhado dentro do Prazo de Carência (*vesting*) de acordo com a vigência de cada Programa Anual, ao(s) beneficiário(s) do Participante declarado em termo específico.

10.2 Situações excepcionais serão analisadas pelo Comitê de RH e Ética e submetidas a validação do Conselho de Administração.

11. Disposições Gerais

11.1 Nenhuma disposição do Plano de Ações Restritas conferirá a qualquer Participante o direito de permanecer como administrador e/ou empregado da Companhia, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado e/ou interromper o mandato do administrador.

- 11.2 Qualquer alteração legal significativa na regulamentação das sociedades por ações, companhias abertas, relações trabalhistas e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações, poderá levar à revisão integral do Plano e/ou Programa Anual.
- 11.3 Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração, consultada, quando o entender conveniente, a Assembleia Geral.
- 11.4 Na hipótese de mudança direta ou indireta do controle acionário da Companhia, deverão ser respeitados o Plano e Programas já instituídos.
- 11.5 Nos casos de fusão, cisão, com ou sem extinção da pessoa cindida, incorporação ou transformação da Companhia, bem como no caso de incorporação de ações, deverão ser respeitados o Plano e programas já instituídos, fazendo-se os ajustes necessários no número de Ações Restritas, inclusive respeitando-se as relações de troca utilizadas para efeito das operações acima.
- 11.6 Nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia, em decorrência de grupamento, desdobramento, bonificações de ações, assim como nos casos de conversão de ações de uma espécie ou classe em outra, ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, deverão ser efetuados os ajustes necessários no Plano e Programas já instituídos, notadamente em relação ao número de Ações Restritas, com o objetivo de evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Participantes.
- 11.7 Compete à Assembleia Geral Extraordinária aprovar e, portanto, alterar, suspender ou extinguir o Plano, assim como reformar o estatuto para definir a competência do Conselho de Administração para dispor sobre as emissões de Ações e as condições em que estas emissões poderão se dar. Dentre as causas que podem gerar a alteração ou extinção do Plano, está a ocorrência de fatores que causem grave mudança no panorama econômico e que comprometam a situação financeira da Companhia.
- 11.8 A Companhia e os Participantes terão o direito de exigir judicialmente a execução específica das obrigações assumidas pela outra parte, nos termos deste Plano, de acordo com as disposições aplicáveis do Código de Processo Civil Brasileiro, em especial das disposições contidas nos artigos 461, 632 e seguintes.
- 11.9 Poderá a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, impor restrições as ações adquiridas, em relação a sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Participante dessas mesmas Ações Restritas.

E, estando justo e acordado, assinam os representantes legais da Marcopolo S.A. o presente documento em 3 (três) vias de idêntico teor e forma.

Caxias do Sul, março de 2015

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Antonio Valiati
Diretor de Relações com Investidores